



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
SERVIÇO SOCIAL

ISRAEL IRASSOCHIO

**A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: BREVE ANÁLISE DOS
DESAFIOS E POSSIBILIDADES EMERGENTES DESTE ENCONTRO**

CAXIAS DO SUL

2024

ISRAEL IRASSOCHIO

**A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: BREVE ANÁLISE DOS
DESAFIOS E POSSIBILIDADES EMERGENTES DESTE ENCONTRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social da
Universidade de Caxias do Sul como pré-
requisito para a obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Elizabete Bertele

CAXIAS DO SUL

2024

ISRAEL IRASSOCHIO

**A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: BREVE ANÁLISE DOS
DESAFIOS E POSSIBILIDADES EMERGENTES DESTE ENCONTRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul com o objetivo parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Ma. Elizabete Bertele

Aprovado em / /

Banca Examinadora

Orientadora Professora Ma. Elizabete Bertele
Universidade de Caxias do Sul

Professora Ma. Lisiane Besutti
Universidade de Caxias do Sul

Professora Ma. Rubia Paula Bamberg
Universidade de Caxias do Sul

ATA DE ARGUIÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos três (3) dias do mês de dezembro de 2024, na Plataforma Google Meet: <https://meet.google.com/ftd-eqtx-tug?hs=224>, reuniu-se a Comissão Examinadora, indicada pelo Núcleo Estruturante do Curso de Serviço Social desta Universidade, integrada pelos seguintes membros: Profa. Ma. Elizabete Bertele (orientadora), Profa. Ma. Rubia Paula Bamberg, e a Profa. Ma. Lisiane Besutti, para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno Israel Irassochio, intitulado **A Relação Entre Educação e Serviço Social: Breve Análise dos Desafios e Possibilidades Emergentes deste Encontro**, tendo por palavras-chave: Educação, Serviço Social, Desafios e Possibilidades, contabilizando um total de 66 páginas. Este trabalho foi orientado pela Professora Elizabete Bertele, tendo sido previamente entregue à Comissão Examinadora e avaliado de acordo com os critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso estabelecidos pelo Curso de Serviço Social, recebendo as seguintes notas:

- (a) Nota do Desempenho do aluno no processo de orientação e construção do TCC (peso de 20 pontos):
- (b) Nota do Trabalho Escrito (peso de 60 pontos):
- (c) Nota da Apresentação Oral e Arguição (peso de 20 pontos):
- **Nota Final** (a) + (b) + (c) = ____ transformada no código:____, conforme Regimento Interno da UCS

Comissão Examinadora:

Profa. Ma. Rubia Paula Bamberg

Profa. Ma. Lisiane Besutti

Aluno: _____
Israel Irassochio

Orientadora: _____
Professora Ma. Elizabete Bertele

Dedico este trabalho ao meu Deus que me guia e fortalece todos os dias. À minha esposa, Taís, companheira incansável e fonte de apoio incondicional, que com amor e compreensão me incentivou em cada passo desta jornada. Aos meus filhos, Lauren e Joaquim que representam a esperança e a motivação para que eu continue acreditando em um futuro melhor. Aos meus pais cujo os valores e ensinamentos me possibilitaram chegar até aqui. Enfim, espero que este trabalho seja um pequeno exemplo de que, com dedicação é possível transformar sonhos em realidade.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por me conceder força e resiliência, especialmente nos momentos mais desafiadores que vivenciei durante este percurso. Agradeço, também, à minha família, por todo apoio e suporte ao longo dessa caminhada, sempre me encorajando para enfrentar os desafios, me aproximando mais dessa realização.

Um agradecimento especial à minha amada esposa, Taís, que foi meu apoio em cada etapa; sua paciência, apoio constante e fé em meu potencial me ajudaram a superar os obstáculos e avançar em busca de nossos objetivos, sempre lembrando que cada conquista é também um reflexo do amor e da parceria que compartilhamos ao longo de nossas vidas.

Sou imensamente grato às professoras Laís Duarte e Joana Hamburgo, com quem tive a honra de compartilhar minhas experiências de estágios, vocês me guiaram com seus conhecimentos, paciência e dedicação. À minha orientadora, professora Elizabete Bertele, expresso meu profundo reconhecimento e admiração, sua orientação ampliou meus horizontes e me deu a oportunidade de um aprendizado marcante e desafiador, sendo sempre muito atenciosa, profissional e incentivadora, você me inspirou a aprender mais, questionar mais e a refletir mais, trilhando sempre o caminho do compromisso ético da profissão.

Agradeço, ainda, à minha amiga, assistente social, Manuela de Brito Scopel, que foi minha supervisora de campo por três semestres. Juntos, tive a oportunidade de amadurecer, aprendendo na prática a importância do Serviço Social e o impacto positivo que ele pode gerar na vida de cada indivíduo.

A todos os amigos e colegas que dividiram essa jornada acadêmica, deixo meu reconhecimento. Cada um de vocês contribuiu para que eu chegasse até aqui, com apoio, incentivo e camaradagem. Essa conquista é, em grande parte, resultado de um esforço coletivo e do apoio inestimável que recebi ao longo de cada etapa.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social versa sobre a relação entre educação e Serviço Social. A questão colocada como problemática de pesquisa é: Como se estabeleceu a relação entre Serviço Social e educação ao longo da história e quais os desafios e as possibilidades decorrentes? E objetiva compreender a relação entre Serviço Social e educação em diferentes momentos históricos e os desafios e possibilidades decorrentes da sua inserção neste espaço sócio ocupacional. Para tanto, utilizou-se a teoria social crítica por meio do método dialético crítico, com destaque nas categorias historicidade, totalidade e contradição. Nos resultados e discussões, inicialmente, buscou-se identificar os períodos históricos que estruturaram a política educacional e a inserção do Serviço Social nesse processo. O encontro do Serviço Social com a educação não é recente, desde a década de 1940, as escolas surgem como espaços de atuação para os/as assistentes sociais, em resposta a transformações sociais, econômicas e políticas. O trabalho do/a assistente social na educação é marcado pela incessante luta pelo direito à educação e, a escola, por ser um dos espaços de manifestação das diferentes expressões da questão social é, sem dúvida, um dos espaços privilegiados de trabalho dos/as assistentes sociais. Evidencia-se como desafios e possibilidades no contexto atual: consolidar a Lei 13.935/2019, que garante a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas; dar visibilidade às expressões da questão social; superar concepções e práticas conservadoras; mobilizar e efetivar o trabalho intersetorial.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social, Desafios e Possibilidades.

ABSTRACT

This Bachelor's Thesis (TCC) in Social Work speaks about the relationship between education and Social Work. The research problem raised is: How has the relationship between Social Work and education evolved throughout history, and what are the challenges and possibilities arising from it? The aim is to understand the relationship between Social Work and education at different historical moments, as well as the challenges and possibilities resulting from its insertion into this socio-occupational space. To achieve this, critical social theory was used through the dialectical critical method, with an emphasis on the categories of historicity, totality, and contradiction. In the results and discussions, the goal was initially to identify the historical periods that shaped educational policy and the insertion of Social Work into this process. The intersection of Social Work and education is not recent; since the 1940s, schools have emerged as spaces for social workers' engagement, in response to social, economic, and political transformations. The work of social workers in education is marked by the ongoing struggle for the right to education, and the school, being one of the spaces where the various manifestations of the social issue occur, is undoubtedly one of the privileged workspaces for social workers. The current challenges and possibilities highlighted are: consolidating Law 13.935/2019, which guarantees the presence of social workers and psychologists in schools; making visible the expressions of the social issue; overcoming conservative concepts and practices; mobilizing and ensuring intersectoral work.

Keywords: Education, Social Work, Challenges and Possibilities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Períodos importantes da educação no Brasil.....	20
Figura 02	Principais momentos históricos da atuação do/a assistente social na educação.....	37
Figura 03	Consolidação do Serviço Social na política educacional.....	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Percentual alfabetização no Brasil.....	31
Quadro 02	Principais alterações nas LDBs.....	33
Quadro 03	Principais avanços e acontecimentos ao longo da história na Educação brasileira.....	35
Quadro 04	Funções do/a assistente social no período de inserção do Serviço Social na educação.....	39
Quadro 05	Principais avanços e acontecimentos a partir da inserção do Serviço Social na política de Educação.....	46
Quadro 06	Diretrizes e metas do PNE.....	51
Quadro 07	Requisições postas aos/às assistentes sociais na política de educação.....	52

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEDEPS	Centros de Desenvolvimento e Prestação de Serviços
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONESS	Conselho Nacional de Entidades de Serviço Social
COVID-19	Coronavírus
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREES	Conselho Regional de Serviço Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério Público
OMC	Organização Mundial do Comércio
PL	Projeto de Lei
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RS	Rio Grande do Sul
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESU	Secretaria de Educação Superior
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCS	Universidade de Caxias do Sul
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2.	O ENCONTRO ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: desafios e possibilidades.....	19
2.1.	AS NORMATIVAS E PROPOSIÇÕES DE UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM CONSTRUÇÃO	20
2.2.	A INSERÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: um diálogo necessário	36
2.2.1	Desafios e Possibilidades: Algumas Considerações	47
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

"É nossa responsabilidade construir uma sociedade em que nossos filhos não conheçam o que é o ódio, a violência e a opressão. Crianças expostas à violência nunca poderão ser verdadeiramente livres."

Nelson Mandela

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, constitui-se como uma produção científica e monográfica obrigatória para a conclusão acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul (UCS), resultado de um processo coletivo de ensino-aprendizagem permeado por debates. Conforme delineado pelo projeto do Curso de Serviço Social, este TCC busca abordar temas relacionados às vivências no campo de estágio e/ou às disciplinas estudadas ao longo do processo acadêmico, articulando conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, essenciais ao Serviço Social, se caracterizando “como um trabalho científico, monográfico, em nível de graduação”, e efetiva-se “[...] com a experiência dos alunos nos estágios, e se delinea ao longo do curso, através das diversas disciplinas” (Bertele *et al.*, 2011. p. 46).

Dessa forma, o TCC configura-se como uma exigência curricular para a obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social, sendo compreendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. Esse trabalho permite ao aluno sistematizar o conhecimento construído, a partir de questionamentos gerados durante a experiência de estágio. Sua elaboração ocorre sob a orientação de um professor e é submetida à avaliação de uma banca examinadora (ABEPSS, 1996, p. 19).

Nesse contexto, a escolha do tema para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) assume uma importância significativa, pois está diretamente relacionada ao processo singular das vivências individuais e coletivas do acadêmico ao longo da graduação.

Prates (2004) afirma que:

[...] escolher um tema significa uma opção, uma disposição de conviver com ele por algum período, as vezes longo; significa nos aprofundarmos no seu desvendamento, nos dispormos a ressignificá-lo quantas vezes seja necessário, a desestabilizar os conceitos que formulamos sobre ele ao longo do tempo, para posteriormente retomá-lo de forma superada [...] quando efetivamente nele nós reconhecemos, nos objetivamos, podemos dizer que o tema de pesquisa precisa ser instigador, mobilizador, precisa nos apaixonar (Prates, 2004, p. 125).

Ao longo do percurso de aprendizagem, foram adquiridas experiências práticas e teóricas que ampliaram a compreensão das expressões da questão social no contexto da política educacional brasileira. Além disso, emergiram inquietações e reflexões a partir das vivências de estágio e das disciplinas cursadas, enriquecendo a discussão sobre a compreensão da relação entre educação e Serviço Social, bem como, os desafios e possibilidades emergentes desse campo. Com isso, optou-se por aprofundar os estudos sobre o tema no Trabalho de Conclusão de Curso, expandindo a análise e o entendimento.

Delimitou-se como tema de estudo **“A Relação entre Educação e Serviço Social: Breve Análise dos Desafios e Possibilidades Emergentes deste Encontro”**, na busca de abordar as dinâmicas e desafios de atuação do/a assistente social no contexto educacional, explorando as possibilidades e desafios de intervenção que se apresentam neste campo, enfatizando a relevância do Serviço Social na construção de uma educação como um direito de cidadania, uma vez que está previsto no art. 205. da Constituição Federal (1988), que a educação é “[...] direito de todos e dever do Estado e da família” e deve ser “[...] promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Brasil, 1988).

No entanto, observa-se que a política de educação do País possui demandas complexas e multifacetadas que exigem a intervenção de um profissional, cujo o trabalho, em colaboração com a equipe multidisciplinar, possa buscar alternativas e estratégias para superação das desigualdades sociais que afetam o desempenho dos alunos e a qualidade educacional. Neste contexto, a presença do/a assistente social na política educacional permite contribuir na identificação desses fatores e realizar intervenções que respondam às necessidades específicas da comunidade escolar, visando a construção de uma educação mais justa e igualitária.

A partir do tema proposto, definiu-se o problema de pesquisa que norteou o estudo, sendo ele: Como se estabeleceu a relação entre Serviço Social e Educação ao longo da história e quais foram os desafios e as possibilidades decorrentes? Tendo como desdobramento, três questões norteadoras, sendo elas: Quais os principais marcos regulatórios e proposições da política de educação ao longo da história? Como o Serviço Social se insere na política de educação? Quais os principais desafios e possibilidades da inserção do Serviço Social na educação?

A partir do tema proposto, do problema e das questões norteadoras foram definidos o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam este estudo. O objetivo geral é *compreender a relação entre Serviço Social e educação ao longo da história e os desafios e as possibilidades decorrentes*. Os objetivos específicos, por sua vez, são: a) Identificar e descrever os principais marcos regulatórios da política de educação ao longo da história; b) descrever e compreender a inserção do Serviço Social na política de educação; c) Analisar os principais desafios e possibilidades da inserção do Serviço Social na educação. Diante disso, para responder ao problema de estudo proposto neste trabalho, pautou-se pela Teoria Social Crítica por meio do Método Dialético Crítico e suas categorias, a saber: historicidade, totalidade e contradição.

A categoria **historicidade**, segundo Prates (2016, p. 90), utiliza a história como chave para compreender a constituição dos sujeitos, analisando os contextos sociais, econômicos, políticos e simbólicos, superando uma visão meramente cronológica. Foi por meio dessa categoria que se buscou alcançar o objetivo específico de identificar e descrever os principais marcos regulatórios da política de educação ao longo da história, que moldaram as políticas públicas e estabeleceram as bases para o sistema educacional contemporâneo.

A **totalidade**, segundo Konder (2008, p. 36), é “mais do que a soma das partes que se constituem”, ou seja, compreender a educação como um todo é ter a compreensão de que os alunos são indissociáveis de seus contextos sociais. Konder (2008, p. 36), ainda descreve que “qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida o ser humano se defronta, inevitavelmente, com problemas interligados”. Assim, foi possível analisar os principais desafios e possibilidades da inserção do Serviço Social na educação e

compreender a totalidade da profissão, abrangendo a dimensão teórica, normativa, legislativa e os princípios que orientam a atuação profissional.

A categoria da **contradição** para Konder (2008, p. 47), “é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem”, ou seja, ela está presente em todas as relações humanas. Essa categoria encontra-se nas legislações, nas relações de trabalho e nas intervenções com os usuários no cotidiano profissional. Assim, por meio desta pode-se analisar os desafios e possibilidades postos ao trabalho profissional na política educacional, refletindo sobre a evolução da relação entre educação e Serviço Social desde sua gênese. Vale ressaltar, que esta categoria foi imprescindível para se ter conhecimento e compreensão da “contradição” existente no acesso e garantia dos direitos constitucionais.

Nesta perspectiva, foram selecionados procedimentos metodológicos para a construção do presente trabalho, sendo eles, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica, foi operacionalizada por meio das técnicas de análise bibliográfica, no sentido de responder às questões norteadoras propostas, objetivando, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 97), compreender a realidade para análise e construção do trabalho de Conclusão de Curso. Essas técnicas foram indispensáveis para alcançar o objetivo deste TCC, pois, para responder a temática em questão, foi essencial realizar o levantamento de fontes, dados e informações, em busca de uma compreensão mais aprofundada do problema apresentado. Esse levantamento envolveu diversas leituras, incluindo artigos, dissertações e livros, até que fossem selecionadas algumas bibliografias mais relevantes para embasar esta pesquisa. Entre os diversos autores que serviram de referência, podemos destacar alguns como: Saviani (2011), Ribeiro (2010), Ferreira Jr (2010), Nunes (2011), Piana (2009), Iamamoto (2020), Netto (2017) e Amaro (2017).

Além da pesquisa bibliográfica, também foi realizada uma pesquisa documental, abrangendo a análise de legislações, documentos e normas sobre a Política Pública de Educação e o papel do Serviço Social no contexto educacional. Lakatos e Marconi (2021, p. 174) afirmam que uma pesquisa documental se caracteriza pelo uso de documentos como fontes primárias de dados, podendo incluir materiais escritos ou não, produzidos tanto no momento em que os fatos ocorreram quanto posteriormente.

Logo, para responder ao problema levantado e apresentar os resultados fundamentados na metodologia e concepções adotadas, este TCC será apresentado da seguinte forma: a introdução, o desenvolvimento, que discorreu em um único capítulo e seus subcapítulos, as considerações finais e as referências bibliográficas.

A introdução apresenta a organização do trabalho, o tema e as questões norteadoras, bem como o objetivo geral, os objetivos específicos e a metodologia empregada. O primeiro capítulo, intitulado “Encontro entre Educação e Serviço Social: desafios e possibilidades” está apresentado em dois subcapítulos e um subitem. O primeiro subcapítulo, intitulado “as normativas e proposições de uma política de educação em construção”, traz um breve resgate histórico da gênese da política educacional nos diferentes regimes políticos, desde o período colonial até a atualidade. No segundo subcapítulo, abordou-se os contextos históricos da política educacional brasileira e a inserção do Serviço Social nesse campo, destacando marcos legais e regulatórios de cada período, elencando na subseção deste mesmo subcapítulo, os desafios e possibilidade emergentes desta relação discorrendo sobre os processos e as dinâmicas de atuação do/a assistente social no ambiente escolar.

Este trabalho finaliza com as considerações finais, sintetizando os principais resultados, retomando os objetivos, reflexões e a compreensão alcançada ao longo do estudo, seguidas das referências que sustentaram o desenvolvimento teórico e metodológico do TCC.

2 O ENCONTRO ENTRE EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: desafios e possibilidades

A persistência é o caminho do êxito.
Charles Chaplin

No presente capítulo, buscou-se realizar um resgate histórico sobre o processo de inserção do/a assistente social na política educacional brasileira, para compreender a relação entre Serviço Social e educação ao longo da história e os desafios e as possibilidades decorrentes deste encontro, destacando os principais marcos e transformações que impactaram a profissão no decorrer do tempo. Durante essa trajetória, a atuação do/a assistente social na educação foi moldada por regimes políticos, legislações e pela evolução das políticas públicas educacionais. Inicialmente, o/a assistente social, enfrentava desafios relacionados à compreensão limitada do seu papel no ambiente escolar, entretanto, com o passar do tempo, teve sua presença consolidada, assumindo gradativamente maior relevância na política educacional, visto que, tem a capacidade de contribuir na promoção e efetivação do direito à educação por meio de ações que garantem o acesso e a permanência da criança e/ou adolescente na escola.

É importante destacar as considerações do autor Souza (2008, p. 95), onde ressalta que o/a assistente social possui um campo de atuação vasto, uma vez que, se tratando da área da educação, esse campo é ainda mais amplo, pois os/as profissionais são capacitados para atuar em diversos setores, como secretarias, conselhos escolares, diretamente nas escolas, desenvolvendo projetos, realizando diagnósticos, conduzindo pesquisas, implementando programas sociais, entre outras ações. No entanto, apesar das inúmeras possibilidades de intervenção do/a assistente social na política educacional, a amplitude de sua atuação ainda enfrenta desafios que dificultam o pleno exercício de sua autonomia profissional de maneira crítica e propositiva, em uma perspectiva de totalidade.

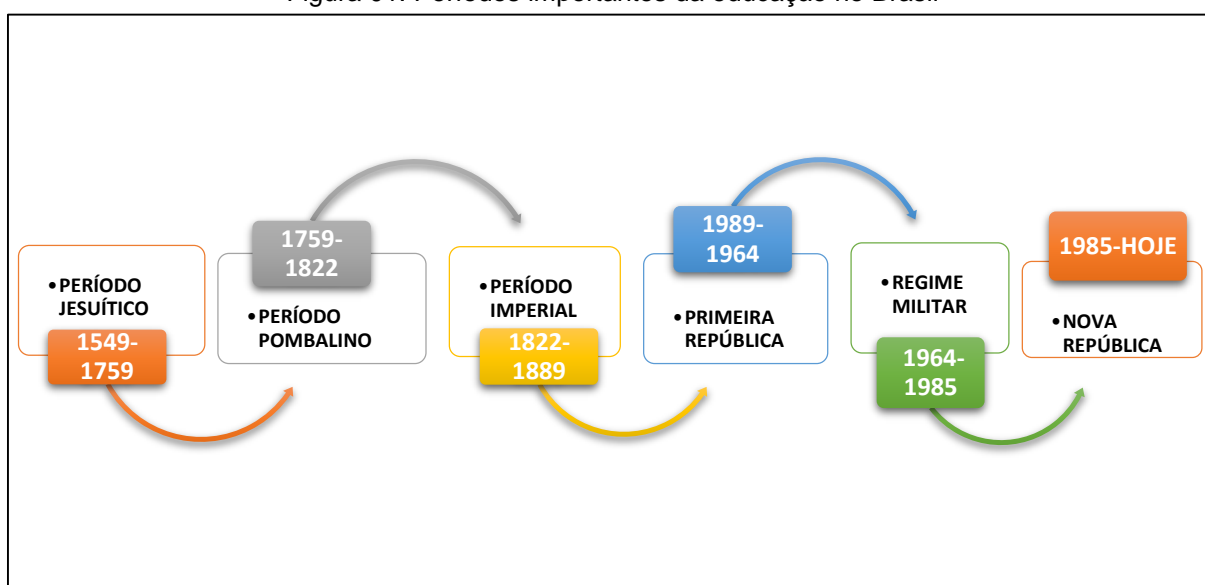
Assim, para uma melhor compreensão da trajetória de inserção do Serviço Social na política pública de educação no Brasil, este capítulo foi estruturado em dois subcapítulos. No primeiro, intitulado "As Normativas e Proposições de uma Política de Educação em Construção", será realizada uma breve análise da política educacional

ao longo dos diferentes regimes de governo, com destaque para as diretrizes e propostas formuladas nesse contexto. No segundo, será abordado sobre o tema "A Inserção do/a Assistente Social na Educação: um Diálogo Necessário", analisando o papel do/a assistente social no âmbito educacional, o que ao final da leitura, proporcionará maior visibilidade a esse processo e contribuirá para uma compreensão mais ampla da histórica relação entre Serviço Social e educação.

2.1 AS NORMATIVAS E PROPOSIÇÕES DE UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM CONSTRUÇÃO

No Brasil, a trajetória para assegurar a educação como um direito universal foi marcada por uma série de marcos regulatórios que, ao longo do tempo, moldaram as políticas públicas e estabeleceram as bases para o sistema educacional contemporâneo. Compreender essa evolução, exige uma análise dos períodos históricos que estruturaram a política educacional brasileira, bem como uma reflexão sobre a inserção do Serviço Social durante este processo. Sendo assim, para melhor organização e visibilidade, abaixo, na figura 01, encontra-se os alguns períodos históricos que serão percorridos e analisados.

Figura 01: Períodos importantes da educação no Brasil



Fonte: elaborado pelo autor com base nos autores Saviani (2011), Ribeiro (2010), Ferreira Jr (2010), e Nunes (2011).

Os dois primeiros períodos, são denominados pelos autores Amarilio Ferreira Jr (2010), Maria Luísa dos Santos Ribeiro (2010), Karla Leonora Dahse Nunes (2011) e Dermeval Saviani (2011), como **“Período Jesuítico e Período Pombalino”**.

A história da educação no Brasil tem suas raízes com a chegada da Companhia de Jesuítas em 1549 conforme descreve o autor Saviani.

1549: Chegada ao Brasil dos primeiros jesuítas chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega. Há, com efeito, razoável consenso entre os pesquisadores que é com a chegada dos jesuítas que tem início, no Brasil, a educação formal, sendo, portanto, a partir desse momento que podemos falar, em sentido próprio, de circulação de ideias pedagógicas (2011, p. 15).

Este momento marcou o início de uma fase que influenciaria profundamente a cultura e a civilização do país. Segundo Nunes (2011, p. 49), os jesuítas " foram, praticamente, os únicos responsáveis pela educação colonial brasileira por mais de dois séculos". Assim, as atividades missionárias cresceram significativamente durante o período do império português, e, em 1564, os jesuítas fundaram o primeiro colégio do Brasil, na Bahia, voltado principalmente para a educação dos filhos dos colonos portugueses.

No entanto, conforme demonstram os estudos, os métodos pedagógicos utilizados pelos jesuítas eram rigorosos e de repetição:

A educação jesuítica era bastante rigorosa quanto à didática, recomendando sempre a repetição dos exercícios, com o objetivo de facilitar a memorização. A competição também era outra característica dessa educação. Os alunos que mais se destacavam eram agraciados com a concessão de prêmios oferecidos, geralmente, em solenidades pomposas. A obediência e a submissão à autoridade eram consideradas virtudes, não só dos alunos como dos padres, submetidos à disciplina de trabalho, sem poderem inovar suas práticas. As punições físicas eram constantes nesse modelo de educação (Nunes, 2011, p. 15).

Evidencia-se que esse método de educação, caracterizado pelo rigor didático, pela ênfase na memorização e pela valorização da obediência e submissão, acentuava o objetivo de exercer o controle social e formar uma elite alinhada aos padrões hierárquicos e valores da época, limitando a criatividade e a autonomia dos indivíduos. Além disso, para o autor Ferreira Jr (2010), A educação não era acessível à maioria da população, como escravos, índios, mestiços e brancos pobres, que

recebiam apenas formação básica para o trabalho braçal e as chamadas artes mecânicas, perpetuando assim, o elitismo e exclusão. Nas palavras do mesmo autor,

[...] ao começar a segunda metade do século XVII, a educação jesuítica no Brasil Colonial já era quase exclusivamente uma educação de elite, ou seja, os colégios da Companhia de Jesus transformaram-se em verdadeiros redutos educacionais frequentados apenas pelas elites econômicas coloniais (Ferreira Jr, 2010, p. 26).

Portanto, a educação jesuítica, instaurada no Brasil estabeleceu as bases de um sistema educacional marcado pelo elitismo e pela exclusão social, sendo o foco principal a formação da elite colonial, enquanto a maior parte da população, incluindo escravos, indígenas e brancos pobres, limitavam-se ao trabalho manual recebendo apenas uma educação mínima.

Impulsionado por fatores políticos, econômicos e ideológicos, o método jesuítico, após dois séculos de influência, foi substituído¹ pelo sistema reformado de Pombal², dando início, em 1759, ao período Pombalino, conforme descrito pela autora Ribeiro (2011) como “**Reforma Pombalina**”, passando o ensino a ser responsabilidade da Coroa Portuguesa resultando na expulsão dos Jesuítas.

Ao assumir como primeiro-ministro, o Marquês de Pombal, defendia a ideia de que os entraves para o desenvolvimento econômico e a modernização de Portugal estavam relacionados à influência jesuítica, que reforçava a elitização e a exclusão e, com isso, intervia na administração do Estado. De acordo com o autor Ferreira Jr,

Durante o seu governo, que durou de 1750 a 1777, o Marquês de Pombal expulsou a Companhia de Jesus (1759) dos domínios portugueses e, em

¹ Conforme Ribeiro (2011 p. 33-34) A expulsão dos jesuítas em 1759 foi motivada pelo fato de serem vistos como um obstáculo à unidade cristã e à sociedade civil, além de seu imenso poder econômico, que deveria ser retornado ao controle do governo. A política de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, buscava modernizar Portugal e suas colônias, incluindo o Brasil, afastando a influência religiosa no ensino. A substituição do método de ensino jesuítico por um sistema educacional mais laico e estatal tinha como objetivo formar cidadãos para servir ao Estado, não à Igreja, incentivando o ensino mais prático e científico. Com isso, deu-se início às Reformas Pombalinas, que visavam transformar Portugal e o Brasil em nações economicamente mais modernas, influenciadas pelo modelo capitalista da Inglaterra.

² Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como Marquês de Pombal, foi o primeiro-ministro de D. José I de Portugal e figura central nas reformas administrativas do país no século XVIII. Com experiência internacional, especialmente na Inglaterra, Pombal tinha uma visão clara do atraso econômico de Portugal em relação às transformações lideradas pela burguesia na Europa Ocidental. Contudo, ele não defendia uma revolução burguesa em Portugal, mas sim uma reestruturação gradual do Estado, mantendo as antigas estruturas. Seu objetivo era modernizar o país sem romper totalmente com o passado (Ferreira Jr, 2010, p. 29).

seguida, promoveu uma reforma educacional que extinguiu o sistema de ensino jesuítico, pois, para ele, o atraso lusitano em relação à modernidade gerada pelo mundo burguês era causado pela ação jesuítica na gestão dos negócios do Estado português (2010, p. 29).

As reformas pombalinas, visavam modificar consideravelmente o sistema educacional colonial. As "aulas régias"³ substituíram os colégios jesuíticos, mas continuaram a enfatizar disciplinas literárias, como gramática latina, grega e retórica, sem incluir áreas de ciências naturais ou práticas que refletissem as transformações econômicas e sociais que ocorriam na Europa.

Em resumo, as reformas pombalinas se constituíram em descontinuidade sem ruptura no âmbito da história da educação colonial. Descontinuidade porque pôs fim ao "sistema de ensino" montado pela Companhia de Jesus desde a segunda metade do século XVI; sem ruptura porque não mudou em nada a essência da educação que era ministrada no interior dos colégios jesuíticos (Ferreira Jr, 2010, p. 32).

Portanto, ao extinguirem o sistema de ensino jesuítico, promoveram uma mudança administrativa no controle da educação ao centralizá-la sob o Estado. No entanto, essa transformação não representou uma ruptura completa com o modelo anterior, pois a essência do ensino permaneceu a mesma, com ênfase nas disciplinas tradicionais, desconectadas das necessidades práticas e científicas emergentes na época.

Ao analisar a história, percebe-se que tanto a educação jesuítica quanto a pombalina deixaram marcas profundas que ainda perduram no sistema educacional atual. Esse modelo elitista contribuiu para a criação de uma estrutura excludente que, apesar de diversas reformas⁴ ao longo do tempo, ainda apresenta vestígios, evidenciando essa herança histórica⁵. "Em outras palavras, a educação durante o

³ As aulas régias eram atividades de ensino das disciplinas de humanidades financiadas diretamente pelo erário do Estado monárquico português, Ferreira Jr (2010).

⁴ Aconteceram diversas reformas durante o período 1759-1827 conforme descreve o autor Dermeval Saviani (2011) em seu livro "História das Ideias Pedagógicas no Brasil" no capítulo V. Neste trabalho foram destacados apenas os períodos considerados pelo acadêmico, mais relevantes.

⁵ Na educação contemporânea, as disparidades regionais, econômicas e sociais permanecem evidentes. Para Amarilio Ferreira Jr (2010, p. 90), embora existam políticas e legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e programas como o Fundeb e o Prouni, que visam democratizar o acesso à educação, as diferenças de qualidade entre as escolas públicas e privadas, entre áreas urbanas e rurais, e as dificuldades de inclusão social e educacional de minorias refletem a persistência de uma educação desigual. Assim, o desafio continua a ser não apenas o acesso à educação, mas também a garantia de um ensino inclusivo e de qualidade para todos, de forma a quebrar o ciclo de exclusão herdado do passado.

século XIX não foi capaz de articular uma relação orgânica entre produção do conhecimento e produção de bens materiais, pois ela foi concebida apenas para distribuir privilégios sociais para poucos” (Ferreira Jr, 2011, p. 34).

Portanto, durante o século XIX, a educação brasileira foi concebida para manter uma estrutura de privilégios, destinada a poucos. Essa forma de organização educacional serviu para distribuir benefícios apenas a elite, deixando a maior parte da população sem acesso ao conhecimento. É nesse contexto, que o país se encaminhava para sua independência, com uma educação marcada pela exclusividade para a elite e pelo acesso limitado à maioria da população.

Mesmo com o fim do período colonial em 1822, que marcou o início do chamado **Período do Império**, “as elites agrárias trataram de conceber um ordenamento jurídico para o Brasil que preservasse a essência do modelo econômico, social e político herdado do longo período colonial” (Ferreira Jr, 2011, p. 38). Essa influência se reflete na Constituição de 1824, que deu pouca atenção à educação pública, mencionando-a apenas de forma breve. O documento fez referência ao ensino primário gratuito, mas priorizou a criação de colégios e universidades voltadas para as ciências e artes, mantendo, assim, o foco na formação de uma elite, sem promover uma educação acessível para a maioria da população.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: [...]

XXXII – A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.

XXXIII – Colégio e universidades onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas-Artes e Letras (Constituição Política do Império Do Brazil, 1824).

Contudo, ao se observar a realidade vivenciada naquele período, nota-se que a educação gratuita era distante para a maioria da população, como aponta Ferreira Jr (2010), na prática o acesso à educação era restrito, favorecendo apenas as camadas mais ricas da sociedade. Esse cenário pode ser explicado pelas condições socioeconômicas do período, que priorizavam o controle da elite sobre o conhecimento.

O reflexo desse elitismo pode ser visto conforme dados do IBGE (2024) que demonstram a exclusão social da população escravizada no ano de 1872, onde

apenas 958 homens e 445 mulheres escravizadas sabiam ler e escrever, em contraste com mais de 1,5 milhão de escravos analfabetos registrados. Esses números revelam o caráter elitista e excludente do sistema educacional no período imperial.

Além disso, a situação educacional se agravou ainda mais após o Ato Adicional de 1834, que descentralizou a responsabilidade pelo ensino primário, transferindo-a para as províncias. Essa descentralização gerou disparidades regionais, pois as províncias mais desenvolvidas economicamente conseguiram implementar algumas escolas, enquanto a maioria, predominantemente agrária e economicamente fragilizada, enfrentou grandes dificuldades. Segundo Saviani, (2011, p. 129), este ato “apenas legalizou a omissão do poder central”.

Desse modo,

[...] podemos afirmar que as elites econômicas e políticas que governavam o Brasil durante o Império negaram a possibilidade histórica da educação para o povo em geral. Até porque, para elas, no contexto de uma sociedade agrária exportadora de um único produto (café), não havia sentido econômico e social em oferecer educação escolar para a massa dos escravos vindos da África, ou seja, para aqueles que formavam o grande contingente da população brasileira (Ferreira Jr, 2010, p. 44).

Portanto, ao longo do período do Império, a educação permaneceu como um privilégio reservado a poucos, em sua maioria membros das elites agrárias e urbanas. Mesmo com algumas iniciativas de criação de escolas e com o crescimento de influências culturais, a realidade educacional brasileira estava distante de ser inclusiva. Em outras palavras: a realidade educacional refletia um projeto de sociedade em que a educação não era um direito universal e, sim, um privilégio restrito.

Esse contexto histórico nos convida a refletir sobre os efeitos duradouros da exclusão educacional para os grupos minoritários. A falta de acesso ao conhecimento, especialmente para os escravizados e os trabalhadores, limitou suas oportunidades de ascensão social e consolidou um cenário de desigualdade que perduraria ao longo dos séculos. Importante destacar que hoje, a educação continua sendo um desafio para a classe trabalhadora, evidenciando como as políticas educacionais do Império deixaram marcas profundas na sociedade brasileira. Embora a Proclamação da República, em 1889, tenha inaugurado uma nova era política, os problemas sociais

herdados, como o acesso restrito à educação, que ainda na atualidade podem ser vistos nas camadas mais vulneráveis da população.

Após 67 anos, o período imperial chega ao seu fim, dando início ao período descrito pela história como **Primeira República** com a sua proclamação em 15 de novembro de 1889. Nesse contexto, destaca-se a figura de Benjamin Constant⁶, que ao assumir como ministro da instrução pública, promoveu uma reforma fortemente influenciada pelo positivismo⁷, ao sistema educacional.

[...] Benjamin Constant liderou a chamada reforma educacional, com princípios de liberdade do ensino, ensino laico e escola primária gratuita, conforme previa a Constituição brasileira. Posteriormente, outras reformas no sistema de ensino foram ocorrendo, no intuito de melhorar a Educação do país (Dentz; Silva, 2015, p. 13-14).

As principais ideias trazidas por Benjamin Constant defendiam uma educação laica⁸ e acessível em todos os níveis, com a educação primária gratuita. Ele também modificou a estrutura escolar, valorizando higiene, disciplina e eficiência. Dessa forma, buscou-se alinhar a educação aos ideais republicanos e modernizadores, promovendo uma ruptura com o modelo tradicional e aristocrático, priorizando o desenvolvimento de uma sociedade baseada no conhecimento e na ciência.

Na Constituição Federal de 1891, a separação entre Igreja e Estado se materializou no parágrafo 2º do art. 11, “tanto os Estados quanto a União estão proibidos de instituir, financiar ou interferir no exercício de cultos religiosos”. Além disso, esta mesma constituição também organizou o ensino em três níveis: escola primária, escola secundária e ensino superior, com a escola primária dividida em dois

⁶ Benjamin Constant (1836-1891) foi um proeminente político e educador brasileiro, fundamental na reforma do sistema educacional durante a República Velha. Como Ministro da Instrução Pública, ele liderou a reorganização das escolas, estabelecendo novas diretrizes para o ensino primário e secundário, e promovendo a criação de instituições educacionais (Silva [S.I.]).

⁷ O positivismo surgiu do interesse de Comte em libertar o homem das crenças religiosas e da especulação metafísica, calcada na objetividade, de tal forma que a sociedade deveria ser encarada como objeto de pura observação e considerava pura pretensão a busca pela verdade absoluta ou a ideia de sociedade justa. Como veremos, Comte se vinculou a todo aquele grupo de sua geração que pretendeu reformar a sociedade e organizá-la sobre novas bases. O positivismo foi uma destas correntes de pensamento que disputou os corações e as mentes opondo-se ao liberalismo e ao socialismo (Conceição, 2006, p. 45).

⁸ Laicidade é um princípio que pressupõe uma ação estatal para a garantia da separação entre esfera pública e esfera política, da neutralidade de tratamento das diferentes religiões, da liberdade de crença e da igualdade dos homens (Baubérot; Milot, 2011 *apud* Valente, 2018, p. 111).

graus para crianças de 7 a 15 anos. Contudo, estes avanços embora inovadores para época, apresentavam problemas na prática, pois:

[...] o ensino primário era bastante defasado, o atendimento escolar era precário, não havia nível que separasse por idade ou adiantamento, somente um professor numa sala de aula lecionava a todos os alunos do primário, o que gerou um aumento do analfabetismo (Dentz; Silva, 2015, p. 14).

Segundo destaca o autor, Romanelli (1986), a renovação educacional promovida pela recém instaurada República foi limitada, pois o poder político, econômico e cultural se encontra nas mãos da classe dominante. Essa elite manteve o mesmo modelo de educação que perdurou durante o Império, sem promover mudanças significativas. Tudo isso, agravava as desigualdades sociais, pelo fato de que não havia dentro desse sistema possibilidade educacional de atender a todos os estudantes, Ribeiro (2010).

Sendo assim, neste período pode-se perceber alguns avanços na educação, como a defesa da educação laica e gratuita, especialmente no ensino primário através da constituição de 1891, a qual formalizou a separação entre Igreja e Estado, a divisão do sistema educacional em três níveis: primário, secundário e superior e a valorização da ciência e do conhecimento, com a formação de professores. Porém, apesar das reformas e da promessa de democratização da educação, ela permaneceu excludente, uma vez que, as dificuldades econômicas e as reprovações nas escolas dificultavam o acesso da maioria da população aos níveis superiores de ensino, perpetuando as desigualdades que marcaram o período anterior, (Ferreira Jr, 2010, p. 94-95).

Dentro desse contexto assume a presidência da república Getúlio Vargas⁹ onde, novamente, a educação passa por transformações resultadas da criação de uma nova constituição federal. Essa constituição sugeria a preparação de um maior contingente de mão de obra para as novas atividades do mercado de trabalho.

⁹ Getúlio Vargas, nascido em 19 de abril de 1883 em São Borja, Rio Grande do Sul, foi um advogado e político fundamental na história do Brasil. Iniciou sua carreira como deputado estadual e federal, e foi ministro da Fazenda no governo de Washington Luís. Vargas governou o Brasil de 1930 a 1945, sendo eleito presidente em 1934 e instaurando o Estado Novo em 1937. Após ser deposto em 1945, foi eleito presidente novamente em 1950 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Seu segundo mandato foi interrompido por sua morte, em 24 de agosto (Silva, [S.I]).

Neste sentido a nova constituição enfatiza o ensino pré-vocacional e profissional, por outro lado propõe que a arte, a ciência e o ensino sejam livres à iniciativa individual e à associação ou pessoas coletivas, públicas ou particulares, tirando do Estado o dever da educação (Chagas, 2010, p. 63).

Esse período, conforme afirma Silva (1980), foi marcado por um esforço para expandir o sistema educacional e utilizá-lo como ferramenta de integração nacional, modernização e formação de mão de obra qualificada para a industrialização emergente. Portanto,

A educação ficou a cargo do Estado, porque segundo se dizia, ela não deveria ter uma postura neutra, mas sim, tomar partido, adotar as ideologias estado-novistas. Assim, teria o papel de “conferir ao povo certa uniformidade, não só de pensamento, como também de capacidade física.” (Silva, 1980, p. 25-26).

Com isso, Vargas reorganizou o sistema de ensino, com foco no controle estatal e na promoção de uma educação voltada para a construção de uma identidade nacional e o fortalecimento da ordem social. Apesar disso, mantinha-se a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, além da obrigatoriedade do ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais, primárias e secundárias.

Em 1942, o ministro Gustavo Capanema reformou alguns ramos do ensino, criando as Leis Orgânicas do Ensino, que incluíam a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a valorização do ensino profissionalizante, além disso, o sistema educacional passou a ser composto por cinco anos de curso primário, quatro de ginásio e três de colegial, que poderia ser na modalidade clássico ou científico, (Ferreira Jr, 2010). Mais tarde o ministro Raul Leitão da Cunha regulamentou o Ensino Primário e o Ensino Normal, além de estabelecer o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Durante esse período, foi promulgada a nova Constituição de 1946, que garantiu a educação como um direito universal e distribuiu a responsabilidade dos poderes públicos e da iniciativa privada em garantir o acesso em todos os níveis. Nesse clima de abertura democrática, uma proposta de reforma educacional foi apresentada ao Congresso em 1948, dando início às discussões sobre a responsabilidade do Estado quanto à educação e quanto à participação das instituições particulares de ensino (Ribeiro, 2010).

Ainda no contexto da primeira República, a promulgação da Lei 4.024/1961, que regulamentou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), representou um grande passo para a educação brasileira. De acordo com Saviani (2011), alguns dos principais avanços conquistados foram: a garantia de tratamento igualitário para estabelecimentos de ensino oficiais e particulares; a obrigatoriedade do ensino primário, que, na prática, foi comprometida por isenções permitidas pela lei; e a manutenção da estrutura educacional existente, com ensino pré-primário, primário de quatro anos, ensino médio dividido em ginasial (quatro anos) e colegial (três anos), e ensino superior, além de, atribuir ao Conselho Federal de Educação a responsabilidade de determinar valores para bolsas de estudo e financiamento educacional.

No entanto, para o mesmo autor, esta LDB frustrou as expectativas dos grupos progressistas, que esperavam uma expansão mais significativa do atendimento às classes populares e uma reforma mais profunda, segundo eles, a educação havia sido novamente colocada sob a ótica do mercado de trabalho e da dinâmica pedagógica tecnicista. Porém, essa fase de avanço democrático foi interrompida pelo Golpe Militar de 1964, que silenciou os movimentos sociais e culturais, marcando o início do período do **Regime Militar**.

Este período resultou na extinção de movimentos sociais e na imposição de um regime autoritário, causando um impacto profundo e controverso na educação brasileira. Sob o pretexto de combater iniciativas que considerava comunistas e subversivas, interrompeu tentativas de reformar o sistema educacional, impondo uma visão utilitarista, baseada na "Teoria do Capital Humano"¹⁰, buscando alinhar diretamente o sistema educacional ao produtivo. Com isso, Clark *et al.* (2006) destaca que a principal função da educação passou a ser a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, em resposta ao processo de industrialização.

¹⁰ A Teoria do Capital Humano (teoria desenvolvida na década de 1960, por Theodore Schultz), fundamenta-se na crença de que todos os indivíduos têm condições de tomar decisões livres e racionais. Seguem-se duas conclusões a esse axioma. A primeira é a de que as desigualdades sociais e as diferenças na distribuição de renda são de responsabilidade dos próprios indivíduos. Alguns investem mais na sua educação, garantindo rendimentos superiores; outros acomodam-se em patamares inferiores. A segunda conclusão, decorrente da primeira, é que o sistema educacional apenas responde às demandas individuais, não tendo como atribuição promover a igualdade de oportunidades. Legitimam-se, assim, as propostas neoliberais de dismantlar o setor público, de transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado (Cattani *apud* Clark *et al.*, 2006, p. 130).

Neste contexto, conforme destaca Saviani (2017), a demanda por mão de obra especializada foi utilizada pelo presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) como justificativa para promover uma reforma educacional, consolidando-se na LDB 5.692/71. Essa lei reestruturou o sistema de ensino em dois níveis: o 1º grau, que unificou o primário e o ginasial em um ciclo de oito anos, e o 2º grau, que tornou obrigatória a oferta de cursos profissionalizantes em todas as instituições que disponibilizassem essa modalidade.

Embora a lei tivesse introduzido flexibilidade ao permitir que Estados e instituições de ensino incluíssem disciplinas optativas ao currículo mínimo, na prática, as escolas mantiveram os mesmos conteúdos anteriores, sem aproveitar essa possibilidade de adaptação.

Segundo Nunes (2011), a legislação educacional nesse período não apenas priorizou a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, mas também serviu como instrumento de controle ideológico e político da sociedade, restringindo a liberdade de expressão e contribuindo para a manutenção da ordem política autoritária. Além disso, os professores e estudantes foram presos, universidades invadidas, e a liberdade de expressão nas escolas e universidades foram severamente limitadas com o Decreto-Lei 477¹¹, que silenciou os alunos e docentes, refletindo o caráter antidemocrático¹² de sua ideologia.

Os direcionamentos da educação foram influenciados pelos acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que moldaram a política educacional brasileira, priorizando a formação de mão-de-obra especializada para atender às necessidades de uma economia em expansão, (Rosa, 2006).

Esses acordos visavam fortalecer o ensino primário, modernizar a administração educacional e aprimorar o ensino médio e universitário, refletindo a influência direta dos técnicos americanos sobre a educação no Brasil (Aranha, 2006).

¹¹ Este decreto define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências (Brasil, 1969)

¹²[...] os anos de ditadura militar foram pautados na perspectiva da construção da “grande potência” a contrapelo das liberdades e, portanto, de políticas educacionais e sociais inclusivas. O Estado se descomprometeu gradativamente do financiamento da educação pública. A ditadura militar deixou uma pesada herança no campo da organização política dos estudantes, desmobilizou o movimento estudantil em face dos novos problemas surgidos, e o eixo das mobilizações educacionais foi deslocado para os professores (Nunes, 2011, p. 107)

Tudo isso evidenciava que a ideologia por trás desses acordos era de um alinhamento entre a escola e o mercado de trabalho, tanto que, o próprio ministro do Planejamento, Roberto Campos, defendeu um vestibular mais rigoroso e a vinculação do ensino superior às demandas do mercado, criticando o ensino generalista e alegando que o descontentamento estudantil da época era resultado de um sistema educacional desconectado das necessidades econômicas (Ghiraldelli, 2000).

Diante disso, percebe-se que o regime militar priorizou uma educação técnica e funcional, com foco na rápida formação de trabalhadores desenvolvidos para a industrialização crescente do país, moldando a educação brasileira de acordo com seus objetivos econômicos e políticos, evidenciando a integração da política educacional com a estratégia de desenvolvimento econômico (Rosa, 2006).

Portanto, esse período foi caracterizado por repressão política e controle sobre a educação, resultando em um legado de desigualdade e desafios que o Brasil ainda enfrenta, sendo que, a concentração de esforços na educação superior e a visão tecnicista imposta pelo regime, enfraqueceram a educação básica e secundária prejudicando gerações de estudantes (Prata, 2013).

Vale ressaltar, que o Brasil enfrentou um longo processo de recuperação na educação pública após o término desse período, onde obteve posteriormente, melhorias substanciais nas taxas de alfabetização, como descritos no quadro 01 elaborado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE (2024).

Quadro 01: Percentual alfabetização no Brasil

ANO	Período	ALFABETIZAÇÃO
1970	REGIME MILITAR	66,4%
2010	NOVA REPÚBLICA	90,4%

Fonte: elaborado pelo acadêmico, com base nas informações do IBGE.

Após 21 anos, com fim do regime militar, Rodrigues (2022), destaca que o Brasil vivenciou significativas transformações políticas e educacionais. Marcado por uma maior abertura ao diálogo e colaboração entre diferentes setores sociais, inicia-se, em 1985, o período denominado de **Período da Nova República**.

Diante disso cresce a preocupação entre intelectuais e educadores a respeito do futuro da educação nacional, conforme destacado por Nunes (2011),

[...] observamos um revigoramento dos espaços e instituições democráticas, revemos alguns intelectuais preocupados com os destinos da escola pública, educadores incansáveis na luta pela escola de qualidade, pois, em um país continental como o nosso, cujas desigualdades sociais são proporcionais ao gigantismo do território nacional, a escola pública aparece, não raro, como única fonte de acesso à cultura e à instrução para a maioria da população (p. 108).

É nesse contexto, que é elaborada a Constituição Federal de 1988, que consolidou a educação como um direito universal e um dever do Estado, garantindo a gratuidade do ensino público. Como lei suprema do país, a Constituição cita como direito fundamental

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Constituição Federal, 1988).

Segundo Netto (2017), a Constituição de 1988, ao representar uma ruptura com o regime autoritário, conferiu destaque significativo aos direitos e garantias individuais, sendo assim, é considerada como o documento mais avançado e detalhado em termos de direitos humanos na história constitucional brasileira, abrangendo amplamente essas questões de maneira inédita.

Portanto, o direito à educação é amplamente reconhecido pela Constituição brasileira, representando um avanço significativo em relação às legislações anteriores. No entanto, Nunes (2011) ressalta que, apesar do sólido aparato legal, o Ensino Fundamental ainda não era universalizado, e o índice de analfabetismo permanecia elevado conforme observados nos dados do IBGE de 1999, que apontavam que 13,3% da população acima de 15 anos era analfabeta.

É evidente que a garantia legal, por si só, não é suficiente para superar as contradições do atual modelo social. A cidadania deve transcender o “papel” e ser efetivada na prática cotidiana, e para isso, exige uma luta contínua daqueles que se dedicam a transformar o direito à educação em uma realidade acessível e de qualidade para todos os brasileiros (Amaro, 2017)

Retomando o diálogo, Nunes (2011), explica que após a promulgação da nova constituição, surgiu a necessidade de um melhor detalhamento do conteúdo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente (Lei 4.024/61), levando os educadores a lutarem por uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) que corrigisse as deficiências do ensino. O objetivo era garantir uma educação pública realmente democrática e de qualidade para todos, pois, conforme descreve a autora, mesmo antes da promulgação da Constituição de 05 de outubro de 1988, já se discutia a necessidade dessa reestruturação da educação brasileira.

O processo de aprovação da nova LDB foi longo, levando quase uma década para ser aprovado no Congresso, entre discussões e reformulações, refletindo a complexidade da sua implementação, até finalmente resultar na sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) em 1996.

Para facilitar a compreensão e visualização, a seguir, no quadro 02, estão destacadas as principais mudanças nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação desde 1961, passando pela alteração de 1971 até a última versão promulgada em 1996, juntamente com respectivos presidentes nacionais.

Quadro 02: Principais alterações nas LDBs

ANO	PRESIDENTE	PRINCIPAIS MUDANÇAS
1961	Jânio Quadros (renunciou em agosto de 1961, sendo sucedido por João Goulart)	<ul style="list-style-type: none"> - Primeira LDB, Lei nº 4.024/1961. - Estabeleceu a organização da educação brasileira em níveis: primário (equivalente ao atual ensino fundamental), secundário e superior. - Reconheceu a liberdade de ensino e a coexistência de instituições públicas e privadas. - Introduziu a ideia de educação como direito, embora a universalização não fosse uma meta explícita.
1971	Emílio Garrastazu Médici	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 5.692/1971. - Introduziu a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau (equivalente ao atual ensino médio), com foco na formação técnica e profissional. - O ensino fundamental foi definido como de 8 anos, e o ciclo primário e ginásio foram unificados. - Forte caráter centralizador e autoritário, influenciado pelo regime militar.
1996	Fernando Henrique Cardoso	<ul style="list-style-type: none"> - Lei nº 9.394/1996 (atual LDB). - Estabeleceu uma visão mais democrática e descentralizada da educação. - Reafirmou a autonomia das escolas e a responsabilidade das esferas municipal, estadual e federal na oferta de ensino. - Foco na educação básica (ensino infantil, fundamental e médio), com ênfase na gestão participativa e no desenvolvimento de projetos pedagógicos próprios. - Ampliou a duração do ensino fundamental para 9 anos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações das leis federais 4.024/61, 5.692/71, 9.394/96.

Contudo, o autor Francisco Oliveira (2003), descreve que, após a ditadura militar (1985) e a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil ainda enfrentava dificuldades para fornecer uma escola pública de qualidade a todos. A nova conjuntura internacional, marcada pela ascensão do capitalismo global, levou o Brasil a se submeter às agências multilaterais como o FMI, o BIRD e a OMC, o que agravou a situação financeira do país refletindo na redução de recursos para o sistema educacional nacional.

Entretanto, em 2003, o governo liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva implementou uma série de transformações significativas na educação, destacando entre elas a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) por meio da Lei nº 11.096/2005. Esse programa teve como objetivo ampliar o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda em instituições privadas, utilizando o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como requisito para concessão de bolsas.

Posteriormente em 2007, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), por meio da lei 11.494/2007¹³, sendo este um mecanismo de financiamento da educação básica pública no Brasil, composto por fundos estaduais e do Distrito Federal, sustentado por recursos das três esferas de governo, contemplando a educação infantil, o ensino médio e a educação de jovens e adultos (EJA), além do ensino fundamental, promovendo uma distribuição mais equitativa dos recursos destinados à educação, (Brasil, 2007).

Apesar das mudanças de projetos de governo, nos últimos tempos, tanto o ProUni quanto o Fundeb continuam presentes na educação brasileira. O ProUni, ajustado e aprimorado por meio de novas regulamentações, passou a permitir inscrições em qualquer curso, além disso, a Medida Provisória nº 1.075/2021, convertida na Lei nº 14.350/2022, expandiu ainda mais o alcance do ProUni, permitindo que os estudantes de escolas particulares, mesmo sem bolsa integral, pudessem concorrer às bolsas, desde que se atendessem aos critérios de renda familiar, (Brasil, 2022). Já o Fundeb foi renovado pela Emenda Constitucional nº 108/2020, tornando-se permanente e garantindo um financiamento mais robusto e

¹³ A lei 11.494/2007 sofreu alterações por meio da lei 14.113/2020 (Brasil, 2024).

contínuo para a educação básica, com o objetivo de reduzir desigualdades regionais e melhorar a qualidade da educação pública (Brasil, 2020).

Diante do exposto neste item, evidenciou-se que a história de construção da política de educação brasileira foi marcada por avanços e desafios que refletem a realidade atual. Para melhor visibilidade e compreensão, apresenta-se no quadro 03, a síntese dos principais avanços e acontecimentos, identificados e analisados no decorrer do trabalho¹⁴.

Quadro 03: Principais avanços e acontecimentos ao longo da história na Educação brasileira.

(continua)

PERÍODO	PRINCIPAIS AVANÇOS E ACONTECIMENTOS
JESUÍTICO 1549 - 1759	<ul style="list-style-type: none"> - Início da Educação no Brasil, controlada pelos Jesuítas e focada na formação de uma elite colonial com exclusão de escravos, indígenas e pobres. - Fundação do primeiro colégio em 1564 na Bahia.
POMBALINO 1759 - 1822	<ul style="list-style-type: none"> - Reforma Pombalina expulsou os Jesuítas, centralizou a educação sob o controle do Estado e substituiu os colégios jesuíticos pelas "aulas régias". - O foco permaneceu elitista.
IMPERIAL 1822-1889	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição de 1824 previa o ensino primário gratuito, mas favorecia as elites. - Descentralização do ensino com o Ato Adicional de 1834, agravando as disparidades regionais.
PRIMEIRA REPÚBLICA 1889 - 1964	<ul style="list-style-type: none"> - Separação Igreja-Estado e defesa da educação laica e gratuita no ensino primário, porém as reformas mantiveram as desigualdades e a exclusão educacional de grande parte da população. - Expansão da educação profissionalizante com a criação do SENAI e SENAC, reformando o sistema educacional com foco na industrialização e formação de mão de obra qualificada. - A educação é reconhecida como direito de todos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961.
REGIME MILITAR 1964-1985	<ul style="list-style-type: none"> - Silenciamento de movimentos sociais e culturais. - Educação alinhada à "Teoria do Capital Humano", focando na qualificação de mão de obra para o mercado. - Tentativas de reforma do sistema educacional foram interrompidas. - Educação utilizada como instrumento de controle ideológico. - Decreto-Lei 477 restringiu a liberdade de expressão. - Prisão de estudantes e professores, invasões universitárias. - Influência dos acordos MEC-USAID (Brasil-EUA) na política educacional, priorizando mão de obra especializada para a indústria. - Introduziu profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau. - Ensino fundamental de 8 anos unificado. - Caráter centralizador e autoritário, focado na educação técnica e no controle ideológico.

¹⁴ Neste trabalho foram elencados alguns períodos históricos para serem percorridos e analisados, ver quadro 01, página 20.

(conclusão)

PERÍODO	PRINCIPAIS AVANÇOS E ACONTECIMENTOS
<p>NOVA REPÚBLICA 1985 - Hoje</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Educação como direito universal e dever do Estado. - Garantia de gratuidade no ensino público. - Processo de democratização da educação, mas desafios como o analfabetismo e a desigualdade persistiram. - Educação pública democrática e de qualidade como prioridade. - Autonomia das escolas e responsabilidade compartilhada entre esferas municipais, estaduais e federais. - Inclusão da gestão participativa e pedagogias próprias. - Foco na educação básica, com ensino fundamental ampliado para 9 anos. - Criação do ProUni (Lei nº 11.096/2005), ampliando o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda. - Fundeb (Lei nº 11.494/2007) criado para financiar a educação básica pública, incluindo ensino infantil, médio, EJA e fundamental. - Políticas visando à redução das desigualdades educacionais regionais e à melhoria da qualidade da educação pública. - ProUni expandido por diversas leis (Leis nº 12.431/2011, 13.165/2015, 13.478/2017, e MP nº 1.075/2021 convertida na Lei nº 14.350/2022), aumentando a inclusão de estudantes de escolas particulares. - Fundeb renovado pela Emenda Constitucional nº 108/2020, tornando-se permanente e garantindo financiamento contínuo e equitativo para a educação básica.

Fonte: elaborado pelo autor com base na síntese produzida pelo autor.

Portanto, conclui-se que a política pública de educação foi construída ao longo da história da sociedade brasileira e expressa o amadurecimento das forças e lutas sociais presentes em cada período histórico. Nesse contexto, os/as assistentes sociais se inserem na educação como um dos espaços sócio-ocupacionais, posto que ali se expressam a questão social, seu objeto de trabalho desse modo, assumem posicionamentos ético-políticos e proposições técnico-operativas que evidenciam sua inserção, atuação e compromisso com a construção da política de educação.

2.2 A INSERÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: um diálogo necessário

A inserção do Serviço Social na política de educação no Brasil remonta ao processo de profissionalização da categoria, que teve início nas primeiras décadas do século XX. As escolas emergiram como um dos primeiros espaços de atuação para os/as assistentes sociais a partir da década de 1930, período em que o país passava

por importantes transformações sociais e políticas que demandavam novas formas de intervenção no campo educacional (Lima, 2022). Conforme identificado, através de pesquisas bibliográficas, ao longo do tempo, o trabalho dos/as assistentes sociais na educação foi assumindo diferentes características que expressavam os diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, resultando em diversas formas de atuação.

Para melhor organização e visibilidade, abaixo, encontra-se a figura 02, que apresenta os principais momentos históricos¹⁵ da atuação do/a assistente social na educação, destacando as décadas em que ocorreram esses acontecimentos.

Figura 02 – Principais momentos históricos da atuação do/a assistente social na educação



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas autoras Piana (2009) e Amaro (2017).

Ao traçarmos as origens da inserção do Serviço Social no ambiente escolar brasileiro, encontramos na autora Amaro (2017) registros históricos¹⁶ das primeiras

¹⁵ Com base nas autoras Maria Cristina Piana (2009) e Sarita Amaro (2017), organizou-se este subcapítulo em períodos onde a inserção e atuação do/a assistente social na política de educação teve maior evidência, buscando assim uma melhor compreensão desse processo.

¹⁶ O mais antigo registro que temos conhecimento do Serviço Social educacional, remete ao Estado do Rio Grande do Sul, quando foi implantado como serviço de assistência ao escolar na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, através do Decreto 1.394 (Amaro, 2017, p. 11). Ainda nesse sentido, conforme a autora Piana (2009, p. 184) “No Brasil, há relatos históricos de que os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul no ano de 1946, foram pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar”. Porém no texto das autoras não há mais dados sobre o estado de Pernambuco, apenas do Rio Grande do Sul.

Inserções do Serviço Social na Educação, a partir da publicação da obra intitulada como “Serviço Social em Escolas: fundamentos, processos e desafios”, segundo a mesma autora, no estado do Rio Grande do Sul, esse serviço foi instituído na antiga Secretaria de Educação e Cultura do estado, em 1946, com o objetivo de oferecer assistência aos estudantes. Nessa perspectiva, Almeida (2007), reafirma que a inserção do Serviço Social na educação não é recente, mas:

[...] remonta aos anos iniciais da profissão em sua atuação marcadamente voltada para o exercício do controle social sobre a família proletária e em relação aos processos de socialização e educação da classe trabalhadora, durante o ciclo de expansão capitalista experimentado no período varguista (Almeida, 2007, p. 2).

Nesse período¹⁷, Amaro (2017, p. 11), descreve que, os/as assistentes sociais inseridos/as na política educacional desenvolviam suas atividades com foco na identificação de problemas sociais que afetavam o desempenho dos alunos, além da promoção de ações que facilitavam a sua adaptação e contribuía para o equilíbrio social da comunidade escolar, limitando as ações dos/as assistentes sociais há intervenções pontuais e assistencialistas

Essas práticas, embora voltadas à resolução imediata de problemas no contexto escolar, restringiam o potencial crítico e transformador da profissão, desviando o foco da promoção de uma educação inclusiva e emancipadora para uma atuação de caráter adaptativo e paliativo, com pouca ênfase na mudança estrutural das condições sociais e educacionais que impactavam os alunos.

É importante destacar que neste período a igreja católica exercia forte influência na vida da população, para Lima (2022) as ações do Estado:

[...] voltavam-se aos princípios cristãos, a fim de disciplinar o proletariado à ordem e preceitos capitalistas, as profissionais atuavam – na década de 1930, extensivo aos anos 1940 –, em uma perspectiva de ajuda e ajustamento social. Nesse período, a escola se configura como espaço de “ação social”; uma “agência social” que se transformou em lugar de preparação para a vida - plena e harmoniosa - que devia ser organizada para buscar elementos positivos do caráter e da personalidade de estudantes (p. 19).

¹⁷ Primeira República, conforme apresentado na figura 01, p. 20.

Assim, a atuação do Serviço Social na educação concentrava-se na identificação de problemas sociais que impactavam o desempenho dos alunos. Essas práticas educativas do Serviço Social refletiam uma concepção de educação como um instrumento de controle social, voltado para a adaptação dos indivíduos às exigências da sociedade capitalista emergente.

De acordo com Amaro (2017), “a intervenção no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital”. A autora também destaca, algumas das funções que os/as assistentes sociais desempenhavam no contexto escolar, que estão detalhadas no quadro 04.

Quadro 04 – Funções do/a assistente social no período de inserção do Serviço Social na educação.

funções do/a assistente social	- Examinar a situação social e econômica dos alunos e suas famílias;
	- Identificar casos de desajuste social e orientar pais e professores sobre o tratamento adequado;
	- Orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos;
	- Orientar as famílias no encaminhamento dos alunos a instituições previdenciárias;
	- Realizar triagem de alunos que necessitem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário;
	- Preparar relatórios e prestar informações sobre suas atividades;

Fonte: Elaborado pelo autor com base na autora Amaro (2017, p. 12).

Ainda sobre a inserção do/a assistente social na educação, Witiuk (2004), menciona o Estado de Santa Catarina no início da década de 1960, passou a exigir a atuação do/a assistente social no campo educacional, o que levou à formalização em 1961, de um convênio entre a Secretaria de Estado de Educação e Cultura e a Faculdade de Serviço Social, com o objetivo de introduzir a profissão na Inspeção de Educação.

Durante esse período:

As atividades dos Assistentes Sociais estavam voltadas à identificação de problemas sociais emergentes que repercutissem no aproveitamento do aluno, bem como à promoção de ações que permitissem a “adaptação” dos

escolares ao seu meio e o “equilíbrio” social da comunidade escolar. Os Assistentes Sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade sociais. O que se observa é que havia uma vinculação ideológica ao projeto político do Estado. Essa vinculação se dava por opção ou por subordinação (Witiuk, 2004, p. 44).

É importante destacar que, nesse período, houve outras inserções dos/as assistentes sociais na educação¹⁸, porém, permaneciam com o foco na "ajuda" e "adequação". Essas práticas, muitas vezes, assumiam um caráter assistencialista, marcado por uma postura de benevolência e persuasão, o que reforçava a dependência em relação a esse modelo de atuação. Essa lógica acentuava o assistencialismo, a culpabilização dos alunos e das famílias sem que houvesse um questionamento sobre as causas estruturais que geravam tais desigualdades.

Diante disso, as transformações sociais e econômicas do país, apontava para a necessidade de uma ruptura com o conservadorismo nas práticas dos/as assistentes sociais na educação. Essa ruptura visava atender às novas demandas sociais e superar a abordagem tradicionalista que prevalecia na época. De acordo com Netto (2017, p. 197), o “processo de renovação do Serviço Social no Brasil se manifesta, no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional”. Articulado a isso, o mesmo autor (2017, p. 134-135) ainda destaca que o Brasil estava passando por transformações em diversos âmbitos, e o Serviço Social acompanhava essas mudanças.

A crescente demanda do capital por profissionais que contribuíssem para o desenvolvimento do País influenciou o Serviço Social a refletir sobre sua prática profissional, questionando seus fundamentos teóricos e sua metodologia, buscando atender às novas demandas e superar o tradicionalismo.

O autor, resume esse processo ao afirmar que:

[...] Nossa interpretação, portanto, atribui à autocracia burguesa a função precipitadora de um processo de erosão do Serviço Social “tradicional” que lhe é anterior. [...] Com efeito, o quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da industrialização pesada, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desbordavam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade (basicamente

¹⁸ De acordo com a autora Witiuk (2004), por meio do Decreto Lei n. 10.527/1963, o governo do Estado do Paraná também incluiu o Serviço Social Escolar dentro da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura (SEC).

concretizadas nos “processos” das abordagens individual e grupal) (Netto, 2017, p. 143).

Este movimento, segundo Netto (2017, p. 161), “[...] manifesta a pretensão de romper [...] com a herança teórico metodológica” e por consequência o “[...] pensamento conservador”. Este processo culminou na crise do Serviço Social “tradicional¹⁹”, não só no Brasil, mas em âmbito internacional, afetando praticamente todos os países onde a profissão já havia se consolidado. Ainda para o autor, a crise impulsionou uma revisão crítica das ciências sociais, visando romper com as influências conservadoras e promover transformações na estrutura do capital, buscando alinhar a prática profissional às demandas sociais contemporâneas e aos desafios emergentes no cenário global.

Diante deste contexto, inicia-se, a partir da década de 1970, o processo de redefinição do projeto profissional do Serviço Social, conhecido como **Movimento de Reconceituação**²⁰, que buscava transformar as práticas tradicionais da profissão, adequando-se às novas demandas sociais e políticas da época, com foco em uma abordagem mais crítica e comprometida com a justiça social. Dentz *et al.* (2022, p. 20), destaca que a partir disso, as ações em Serviço Social começam a mudar, focando na emancipação das classes subalternas, possibilitando:

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64 (Netto, 2017, p. 157).

Com isso, o/a assistente social passou a ter uma mudança importante em seu agir profissional, adaptando suas práticas para atender às demandas dos processos socioeconômicos e políticos que emergiram neste período. Desse modo, percebe-se

¹⁹ A crise do Serviço Social “tradicional”, no entanto, esteve longe de configurar-se como um processo restrito às nossas fronteiras. Em verdade, vindo à tona nos anos sessenta, ela é um fenômeno internacional, verificável, ainda que sob formas diversas, em praticamente todos os países onde a profissão encontrará um nível significativo de inserção na estrutura sócio-ocupacional e articulará algum lastro de legitimação ideal (Netto, 2017, p. 148).

²⁰ O Movimento de Reconceituação segundo Iamamoto (2010 p. 205) “é dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sociopolíticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*” esse processo teve como objetivo proporcionar ao Serviço Social uma atuação mais eficiente, fundamentada em novas bases teóricas e metodológicas, atualizando suas práticas.

que essa transformação fortaleceu o papel crítico do/a assistente social, ampliando sua capacidade de intervenção na questão social contemporânea, consolidando-se numa perspectiva crítica, fundamentada na teoria marxista.

Em articulação a esse processo, ao final da década de 1970 e início da década de 1980, conforme Amaro (2017, p. 13), os/as assistentes sociais começaram a desempenhar novas funções e competências na política educacional, o que resultou na **Expansão da Atuação** do Serviço Social. Piana (2009, p. 185), também descreve essa expansão, destacando a atuação desses/as profissionais em áreas como a identificação de casos de desastre social, o aconselhamento a pais e professores sobre a abordagem adequada para com os estudantes, a análise das condições sociais e económicas das famílias dos alunos, entre outras.

Assim, o Serviço Social passou a desenvolver intervenções que buscavam problematizar a educação, considerando fatores sociais, políticos, económicos e culturais, bem como as contradições e desigualdades de classe presentes no ambiente escolar. Ainda no período aqui nomeado como “Expansão da Atuação”, tem-se a aprovação do Código de Ética Profissional em 1986, o qual reforçou o compromisso da categoria com a classe trabalhadora e a ruptura com o conservadorismo.

No âmbito da formação profissional, houve uma revisão curricular, que buscou superar o tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, promovendo uma integração entre as dimensões técnica e política da prática profissional. De acordo com Dentz *et al.* (2022, p. 21-21) “nesse período, a apropriação das teorias de Marx e o método crítico-dialético possibilitou aos profissionais alçar voos mais críticos na análise de suas formações, de suas práticas e da conjuntura social”. Esse cenário de conquistas e evoluções culminou em 1988 na aprovação da Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, que trouxe um conjunto de garantias sociais, tornando-se um marco importante para a classe trabalhadora e incentivando novas conquistas no campo dos direitos sociais e no desenvolvimento das políticas públicas.

Articulado a esta perspectiva de consolidação dos direitos sociais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aprovado no início da década de 1990, por meio da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, regulamentou o que foi previsto anteriormente pela Constituição Federal de 1988 em relação aos direitos da criança e dos adolescentes. Esse documento afirmou legalmente que crianças e adolescentes são

sujeitos em desenvolvimento, com direitos individuais, políticos e sociais, e devem ser amparados pela família, sociedade e Estado. Conforme expresso no Art. 3º, o ECA objetiva proteger os indivíduos menores de 18 anos, “[...] a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Brasil, 1990). Essa expansão de direitos, decorrente da nova Constituição, e do ECA ampliou o papel do/a assistente social nas políticas voltadas à infância e juventude, reforçando a importância de um olhar especializado e comprometido com a proteção e o desenvolvimento integral desses sujeitos.

Assim, o/a profissional assistente social inserido na política educacional, alia-se aos demais profissionais da educação, na garantia do acesso, enquanto direito social assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo ações que viabilizam o acesso, a permanência e o desenvolvimento escolar dos estudantes, possibilitando sua preparação para o exercício pleno da cidadania, garantindo assim, o que foi previsto pelo ECA em seu art. 53,

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (Brasil, 1990, p. 16).

É possível perceber durante a década de 1990, uma ampliação significativa na atuação do/a assistente social inserido nas políticas públicas. Os autores Dentz *et al.* (2022, p. 22) destacam que:

A partir de 1990 percebe-se uma atuação do profissional mais em Coordenadorias e Secretarias de Educação, com o papel de assessorar Professores, Pedagogos e Psicólogos que estavam em processo de avaliação; implementar mecanismos de política da Gestão Democrática na rede Pública de ensino; implementar conselhos escolares; [...] além de ações socioeducativas em questões como, drogadição, gravidez precoce, maus-tratos e negligência infantil, depressão infanto-juvenil.

Com a profissão ganhando relevância e reafirmando seu compromisso crítico e transformador, é possível observar a **Consolidação da Atuação** do/a assistente social na política educacional brasileira. Esse fortalecimento é impulsionado por marcos legais como o Código de Ética do/a assistente social de 1993, que reafirma o compromisso com o projeto ético-político do Serviço Social, orientando a atuação profissional para a garantia das necessidades sociais por meio de políticas públicas, compreendendo-as como direitos fundamentais da cidadania. O reconhecimento desses direitos estabelece uma sociabilidade com uma perspectiva democrática, promovendo a participação política e a justa distribuição da riqueza produzida.

Estes direitos, se articulam, aos princípios fundamentais da profissão, uma vez que, ressaltam:

A defesa intransigente dos direitos humanos, juntamente com a recusa ao arbítrio e ao autoritarismo; a não discriminação em função da inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física; o empenho na erradicação de todas as formas de preconceito; o estímulo ao respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente marginalizados e à promoção do diálogo sobre as diferenças (CFESS, 2012, p. 23).

Em afirmação a esta perspectiva, a autora lamamoto (2009, p. 5) descreve que:

[...] O Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico- -metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPS, 1996, 1997a, 1997b; MEC- SESU/ CONESS/ Comissão de Especialistas de Ensino de Serviço Social, 1999, MEC- SESU, 2001).

Dessa forma, o Serviço Social se configura como uma especialização do trabalho, cujo objeto central é a questão social, intrinsecamente ligada à sociedade capitalista. No entanto, é necessário que o Serviço Social esteja comprometido com a luta e a garantia do acesso aos direitos, para Amaro (2017), ao ser inserido na escola junto à equipe multidisciplinar, o/a assistente social utiliza seu conhecimento teórico- metodológico, ético-política e técnico-operativo, com a intencionalidade de viabilizar a garantia dos direitos.

Articulado a essa discussão, Faleiros (2010), descreve que a escola se configura como um dos ambientes de atuação do/a assistente social, uma vez que, é um profissional capacitado para lidar com a questão social. Assim, o/a assistente social, por meio do seu trabalho profissional, proporciona a construção de um ambiente educacional inclusivo, participando de forma crítica e comprometido com a promoção dos direitos sociais e no enfrentamento das diversas expressões da questão social que afetam o cotidiano dos estudantes. Seu trabalho busca garantir que cada aluno tenha condições adequadas para o pleno desenvolvimento educacional e social, fortalecendo a relação entre escola, família e comunidade.

Dada sua importância e inserção ao longo dos diferentes períodos históricos, o Conselho Federal de Serviço Social, publicou em 2014 um documento que define as diretrizes e práticas para a atuação dos/as assistentes sociais, na política educacional. Este documento foi publicado com o título “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, onde descreve que:

A educação é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social, e que numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua produção [...] Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade (CFESS, 2011, p. 16).

Podemos observar, que este documento, aborda as especificidades que norteiam a inserção dos/as assistentes sociais na política de educação, destacando um conjunto de demandas que se alinham diretamente com as competências e atribuições do profissional de Serviço Social. É interessante pontuar que a autora Lamamoto (2002, pág. 16), discorre sobre a diferença entre competência e atribuições, onde ela define, que competência é “a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas”.

Desse modo, estas competências e atribuições demandam do/a profissional uma série de conhecimentos, habilidades e atitudes que são fundamentais para interpretar o contexto sócio-histórico em que sua atuação se insere, só assim, o/a

assistente social poderá contribuir para a democratização dessa política, atuando em diferentes frentes, para a ampliação do acesso e garantia de permanência dos estudantes na escola.

Portanto, a inserção do Serviço Social na política de educação é uma resposta às profundas transformações sociais e históricas que marcaram a trajetória do país. Para melhor visibilidade e compreensão apresenta-se no quadro 05, as principais mudanças ocorridas em cada período, o contexto histórico, as funções atribuídas aos/às assistentes sociais e o caráter de suas intervenções profissionais.

Quadro 05: Principais avanços e acontecimentos a partir da inserção do Serviço Social na política de Educação

(continua)

PERÍODO	CONTEXTO HISTÓRICO	FUNÇÕES	CARÁTER DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
Inserção do Serviço Social na Educação 1940 - 1960	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço Social é inserido nas escolas para apoio social e adaptação dos alunos. - Forte Influência da Igreja Católica e do Estado conservador. - Formalização da profissão através da Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação das condições sociais e econômicas dos alunos e suas famílias. - Triagem e encaminhamento de alunos para apoio médico e social. - Aconselhamento a pais e professores. - Promoção de ações para “adequar” a comunidade escolar aos interesses do estado. - Intervenção em situações de “desvios” sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Caráter assistencialista, com foco em controle social e adaptação dos estudantes às normas vigentes. - Ligação ideológica com o projeto político do Estado - Atuação voltada à manutenção da ordem social.
Movimento de Reconceituação 1970 - 1980	<ul style="list-style-type: none"> - Ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, influenciado pela teoria marxista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Foco em práticas críticas e comprometidas com a justiça social. - Emancipação das classes subalternas, promovendo a inclusão social. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transição para uma postura crítica e transformadora, comprometida com a justiça social, rompendo com o assistencialismo.
Expansão da Atuação 1980 - 1990	<ul style="list-style-type: none"> - Redefinição do projeto profissional com foco no compromisso ético-político. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação de casos de vulnerabilidade social. - Análise das condições sociais e econômicas das famílias dos alunos. - Desenvolvimento de práticas que problematizam a educação em relação a fatores sociais, políticos, econômicos e culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidação do papel crítico do/a assistente social, com atuação integrada à defesa dos direitos sociais - Expansão das funções para novas áreas como o apoio em Coordenadorias e Secretarias de Educação.

(conclusão)

PERÍODO	CONTEXTO HISTÓRICO	FUNÇÕES	CARÁTER DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL
Consolidação da Atuação A PARTIR DE 1990	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento da presença do Serviço Social nas políticas educacionais - Implementação do ECA e fortalecimento das políticas públicas educacionais. - Inclusão dos/das assistentes sociais em equipes multiprofissionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Passou a atuar em novas áreas, como saúde, educação, planejamento, gestão e execução de políticas, programas e projetos, entre outros setores da política social. - Fortalecimento do vínculo entre escola, famílias e comunidade, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos. - Contribuir para a transformação social 	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação crítica e transformadora, com compromisso com os direitos humanos e respeito à diversidade. - Valorização da participação democrática.

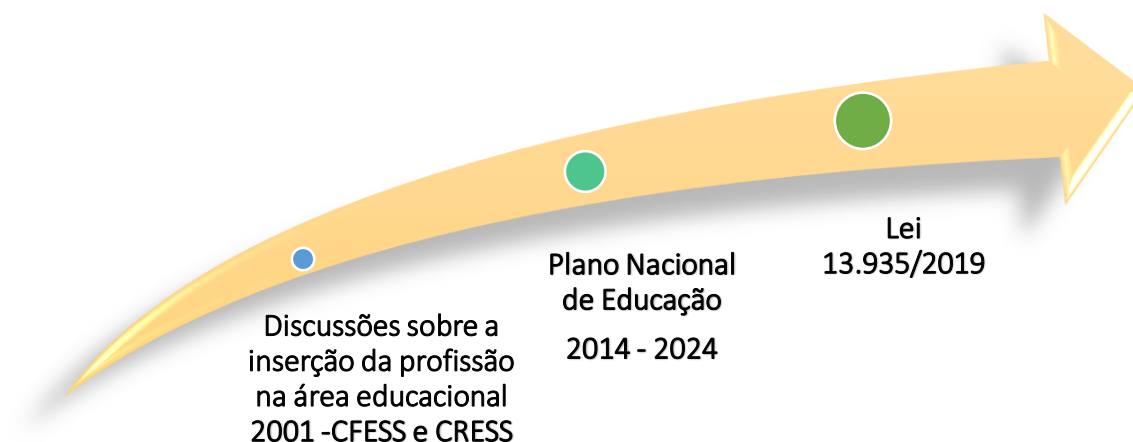
Fonte: elaborado pelo autor.

Em síntese, inicialmente a inserção do Serviço Social foi marcada por um caráter assistencialista, voltado ao controle social e adaptação dos estudantes aos interesses do Estado, passando para uma ruptura com o conservadorismo, orientando-se progressivamente para uma prática fundamentada na teoria social crítica, comprometida com a defesa de direitos, de cidadania e com a justiça social. Esse processo de reconfiguração, reforça a importância de uma atuação integrada e democrática no ambiente educacional, especialmente diante dos desafios e possibilidades contemporâneos. Estes, serão percorridos e analisados na sequência do trabalho.

2.2.1 Desafios e Possibilidades: Algumas Considerações

Ao longo de sua trajetória na política educacional brasileira, o Serviço Social enfrentou diversos desafios, mas também encontrou inúmeras possibilidades de intervenção. A figura 03, ilustra os marcos regulatórios e as proposições no contexto educacional que moldaram a inserção dos/as assistentes sociais.

Figura 03 – Consolidação do Serviço Social na política educacional.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na obra da autora Martins (2015) e CFESS (2012).

Com as transformações sociais, políticas e econômicas da sociedade, ocorridas após a redemocratização, surgem novas demandas no campo educacional, evidenciando, desse modo, a necessidade de uma maior organização e orientação dos/as assistentes sociais quanto ao seu trabalho profissional na área da educação.

Diante disso, nos anos 2000, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), impulsionaram **Discussões sobre a Inserção da Profissão na área Educacional**, através de uma metodologia que incluiu as seguintes etapas:

(a) produção de roteiro para levantamento da inserção dos/as assistentes sociais na educação no Brasil; (b) elaboração de ficha de identificação para mapear em quais modalidades da educação o/a assistente social está inserido/a; (c) produção de um roteiro para orientar a discussão do Serviço Social na Educação nas regiões; (d) levantamento das produções teóricas, entre o período de 2000 a 2010, acerca da temática, na Revista Serviço Social e Sociedade e nos anais dos CBAS's; (e) produção do documento "Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação", para servir de base e de análise durante a realização de debates estaduais e municipais em 2011 (CFESS-CRESS, 2011, p. 8).

Aliado a isso, o CFESS emitiu também o Parecer²¹ Jurídico 23/00, que considera a escola como um espaço de atuação do/a assistente social, considerando

²¹ O parecer jurídico número 23/2000, da Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio. [...] aponta, dentre outros aspectos, o direito à educação, bem como o acesso e permanência nas escolas. E que a inserção dos/as assistentes sociais nas escolas é pertinente, face "às atribuições

os direitos à educação e à permanência dos alunos na rede escolar. No ano seguinte, durante o 30º Encontro Nacional do conjunto CFESS-CRESS, foram propostas diretrizes para essa atuação, que levaram à criação de um grupo de estudos sobre o Serviço Social na educação. Esse esforço culminou com o lançamento da brochura “Serviço Social na Educação: uma inserção possível e necessária” pelo conjunto CFESS/CRESS, com o propósito de contribuir para o processo de reflexão sobre a presença do Serviço Social no âmbito educacional.

Diante desta conjuntura, a autora Iamamoto (2009), evidencia que o espaço sócio-ocupacional do/a assistente social, sendo produto de uma construção histórica moldada pelo contexto social, político e econômico e pelos agentes que o constituem, envolve também o desafio de promover um trabalho interdisciplinar alinhado com os objetivos educacionais.

Portanto,

Coloca-se como um grande desafio profissional aos(as) assistentes sociais que atuam na política de educação compreender as estratégias forjadas no sentido de se assegurar as condições de permanência na educação escolarizada para além do nível ou modalidade ao qual se vincula diretamente, tomando-as como expressões das desigualdades que atravessam a política educacional e que, em última instância, expressam as desigualdades sociais que esta política contribui para reproduzir. Igualmente importante é o desafio de reconhecimento dos diferentes sujeitos coletivos e dos processos de luta no campo educacional e para, conseqüentemente, tecer articulações profissionais com os mesmos (CFESS, 2012, p. 43).

Para isso, a articulação entre as políticas públicas sociais, deve transcender o mero trabalho multidisciplinar, buscando promover não apenas a troca de conhecimentos entre as diferentes áreas, mas também a potencialização dessas experiências em atividades conjuntas, favorecendo a colaboração entre os profissionais que atuam nas escolas, contribuindo para que os alunos tenham seus direitos garantidos.

Nesta perspectiva, Andrade (2005, p. 95), parte do pressuposto de que este profissional,

atinentes à atividade profissional respectiva, estabelecida nos artigos 4º e 5º da Lei número 8.662/1993”. Tratou-se, também, das possibilidades legais dos projetos de lei para a implantação do Serviço Social nas escolas e da discussão sobre a regulamentação da mesma nas instâncias de poder municipal e estadual (CFESS, 2012, p. 5-6).

está capacitado para definir estratégias e táticas de intervenção que combina com análises de conjunturas e análises de situações, interferindo em processo de produção e reprodução do social nos níveis organizacional, singular coletivo e do tecido social”.

Neste contexto, a autora Silveira (2013, p. 116) ressalta em seu estudo que a intersectorialidade é um dos principais desafios para a atuação do/a assistente social na educação. A autora entende que essa abordagem vai além de uma simples articulação entre setores, necessitando da ação conjunta com outras políticas, como por exemplo, no caso da:

[...] gravidez na adolescência, demanda profissional que suscita a necessidade de um trabalho educativo que aborde o projeto de vida das adolescentes, através de uma ação planejada e comum entre as políticas de educação, saúde e assistência social, no mínimo (Silveira, 2013, p. 116).

A atuação desse profissional, deve ser voltada para a transformação da prática educativa, questionando a forma como a escola, enquanto instituição que atua para proteção dos direitos da criança e do adolescente, uma vez que,

A escola pública, nas últimas décadas, tem assumido um papel significativo no contexto das classes trabalhadoras, sendo desafiada cada vez mais em articular conhecimento (que é trabalhado no contexto escolar) com a realidade social (problemas e/ou necessidades sociais), com a finalidade de instrumentalizar o sujeito a compreender e intervir na realidade (CFESS, 2001, p. 12).

Dentro deste contexto, no ano de 2010, no sentido de reduzir as desigualdades sociais no âmbito educacional, o Ministério da Educação (MEC), elaborou²² o **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**, que estabelece metas para o avanço educacional ao longo do decênio, definindo ações a serem realizadas por meio de uma colaboração integrada entre os poderes públicos e as esferas federativas, induzindo estes a articularem políticas públicas que promovam, de maneira equitativa e democrática, o acesso e a qualidade da educação no Brasil.

²² É importante destacar que, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído em 2001 por meio da Lei n. 10.172. Esse plano foi sucedido pelo PNE 2014-2024, estabelecido pela Lei n. 13.005, cuja elaboração iniciou-se no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e teve sua aprovação final durante a gestão de Dilma Rousseff (2011-2016) (Sarmiento *et al.*, 2024, p. 03).

Este documento²³ possui 20 metas e dez diretrizes que se organizam em cinco grandes categorias. Para esta análise apresentaremos no quadro 06 abaixo, a categoria 01, que trata sobre a superação das desigualdades educacionais, bem como propõem as metas estruturantes.

Quadro 06 - Diretrizes e metas do PNE

CATEGORIA	TEMA	DIRETRIZES	METAS
01	Superação das desigualdades educacionais.	I – Erradicação do analfabetismo. II – Universalização do atendimento escolar. III – Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.	1 a 5; 9; 11; 12; 14.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2015, p. 12-13)

Nesse sentido, evidencia-se a importância do trabalho do/a assistente social na política educacional, contribuindo para o alcance destas metas na promoção de uma educação universal e para todos. Conforme ressalta Martins (2015), é fundamental reconhecer a complexidade do ambiente educacional, levando em consideração os espaços sócio-ocupacionais e as particularidades que caracterizam esse contexto, para que o trabalho seja orientado pelas dimensões teórico-metodológica²⁴, ético-político²⁵, técnico-operativa²⁶, de forma que o campo de atuação seja compreendido e analisado criticamente, levando em conta suas particularidades.

Martins (2015), continua a discussão em sua obra “O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do Serviço Social”

²³ Disponível no link: https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf

²⁴ [...] capacidade reflexiva subsidiada pela bagagem de conhecimento teórico acumulada pela assistente social, permite identificar a essência desse fenômeno nas estruturas de uma sociedade dividida em classes, pautada nas desigualdades sociais, por ser regida pela lógica do capital que na sua organicidade às produz (Guerra, 2002, p. 18).

²⁵ [...] assume um posicionamento político que lhe permite romper com os paradigmas explicativos tradicionais e lhe possibilita tematizar as relações mais profundas da sociedade, no interior das quais os processos de desenrolam (Baptista, 2013, p. 20).

²⁶ É através da mesma que o assistente social articula um conjunto de saberes, recriando-lhes, dando-lhes uma forma peculiar, e constrói um “fazer” que é socialmente produzido e culturalmente compartilhado ao tempo em que os vários atos teleológicos dos profissionais resultam na criação/renovação de novos modos de ser desta cultura. É no desenvolvimento da dimensão técnico-operativa que o profissional constrói, reproduz códigos de orientação e um conjunto de valores e normas (Guerra, 2013, p. 42).

pontuando, conforme quadro 07, algumas das requisições postas aos/às assistentes sociais inseridos na política de educação, que estão relacionadas a fatores socioeducacionais que interferem sobremaneira no processo educativo.

Quadro 07 – Requisições postas aos/às assistentes sociais na política de educação.

<p>– Mobilizar a participação efetiva das famílias nas instâncias de poder decisório existentes na escola e no acompanhamento do processo educativo dos alunos.</p>
<p>– Elaborar o perfil socioeconômico e cultural das famílias e dos alunos, contribuindo para subsidiar o projeto pedagógico da escola</p>
<p>– Promover a articulação com o Conselho Tutelar, Vara da Infância e Juventude e Ministério Público para efetivar ação conjunta no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de maus tratos e abrigados, de maneira a cumprirem medidas educativas visando à permanência na escola</p>
<p>– Promover a articulação dos projetos sociais que têm como condicionalidade a frequência escolar e são de iniciativa de outras políticas sociais, tais como Bolsa Família e programas de transferência de renda</p>
<p>– Elaborar programas e projetos em parceria com equipe interdisciplinar de outras áreas sociais que visem prevenir a violência doméstica, o uso de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis e infecto contagiosas e demais questões pertinentes à saúde pública, entre outras</p>
<p>– Efetuar pesquisas sobre as demandas existentes na comunidade escolar, subsidiando a política de atendimento à criança e ao adolescente no município, tanto no que tange à educação e a outras políticas sociais como realizando contato com os Conselhos Municipais Setoriais</p>
<p>– Articulação com os movimentos sociais atuantes na área da educação entre outros</p>

Fonte: elaborado pelo autor com base na obra “O reatamento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social”, Martins (2015, p. 233-234).

Dentro deste contexto, é necessário salientar, conforme Santos (2008), que não existe um modelo único para orientar a atuação do/a assistente social, pois o trabalho profissional não se baseia em um padrão rígido. Contudo, a autora destaca a importância de se compartilhar experiências no contexto educacional, principalmente no âmbito da educação básica, para que os/as profissionais envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem, possam atuar de maneira coordenada para a promoção de uma educação de qualidade para todos.

Entretanto, o profissional de Serviço Social é continuamente desafiado a reconhecer que sua atuação na área da Educação deve ir além da mera mediação com outras políticas setoriais. A autora Martins (2012, p. 46), discorre que é essencial que esse profissional planeje sua intervenção de forma crítica, visando transformar práticas educativas que, muitas vezes, legitimam a desigualdade social enfrentada pela classe trabalhadora. Diante deste contexto, percebe-se que são inúmeras as

manifestações das expressões da questão social²⁷ no campo educacional, que enfrenta dificuldades para resistir ao avanço de políticas neoliberais²⁸. O que torna a presença dos/as assistentes sociais fundamental para a garantia do direito à educação e para a permanência dos alunos na escola.

Essas motivações fomentaram o ponto de partida para a criação do Projeto de Lei nº 3.688/2000 que dispõe sobre “a prestação de serviços de psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica”, vale ressaltar, que conforme o CFESS (2001), as primeiras investigações sobre essa temática surgiram na década de 1990, alinhadas ao novo projeto ético-político defendido pela categoria. Desde então, ações coletivas vêm sendo realizadas no campo profissional com o intuito de compreender a viabilidade desse processo nos âmbitos legal e social. De acordo com as autoras Silva Neta e Santos (2022, p. 61), essas ações visam construir, nos Conselhos Federal e Regionais, prerrogativas que fundamentem a atuação dos profissionais de Serviço Social, de forma pontual na educação brasileira.

Após quase duas décadas de intensa mobilização, o Projeto de Lei 3.688/2000 foi finalmente sancionado como Lei 13.935/2019. Conforme as autoras Xavier e Comin (2022, p. 17), a trajetória dessa lei foi longa e marcada por muitos desafios, percorrendo quase duas décadas desde a sua proposição até a publicação, simbolizando a persistência na luta pela inserção dos/as assistentes sociais nas escolas para atender demandas emergentes no ambiente educacional.

Contudo, as autoras Silva Neta e Santos (2022, p. 63), descrevem que a efetivação dessa lei ainda enfrenta desafios práticos e estruturais. Sancionada em um momento delicado devido à pandemia de COVID-19, a implementação da lei foi prejudicada, dificultando ações de conscientização e mobilização junto à sociedade e ao Poder Executivo. As autoras ainda destacam que para contornar as limitações impostas pela pandemia, a categoria direcionou esforços para a esfera virtual,

²⁷ Para Cerqueira Filho *apud* Iamamoto (2020, p. 221) as expressões da questão social são o “[...] conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho”, se manifestando de diferentes formas. Segundo Oliveira (2014, p. 12), algumas como: [...] violência, trabalho infantil, discriminação de diversas naturezas, gravidez na adolescência, dentre outras. Estas questões, sem dúvida, interferem no processo de ensino-aprendizagem, e a figura do/a assistente social se concretiza como o profissional qualificado na formulação de respostas a tais demandas.

²⁸ Um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado Social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos a tarifas amigável para investidores estrangeiros (Brown, 2019, p. 29).

buscando manter a agenda de mobilização e incentivando a abertura de vagas para assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de ensino. No entanto, o financiamento desses cargos tornou-se um obstáculo central, levantando questões sobre a origem dos recursos necessários para o pagamento desses profissionais.

Apesar desses avanços, novos projetos de lei surgem, ameaçando o trabalho multidisciplinar nas escolas ao questionarem a alocação de recursos para essas funções. Para Silva Neta e Santos (2022, p. 57), a continuidade da implementação da Lei 13.935/2019 depende, de um esforço conjunto para garantir que o financiamento e a valorização da educação pública estejam assegurados, reforçando o compromisso com um sistema educacional mais inclusivo e atento às necessidades sociais dos estudantes.

Desta forma, observa-se que o/a profissional assistente social inserido na política de educação perpassa por desafios tanto na manutenção das legislações e das conquistas alcançadas ao longo do tempo, quanto no cotidiano de seu trabalho profissional, ocasionados pelas demandas advindas das expressões da questão social no ambiente escolar.

A autora lamamoto (2020) relata que:

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (lamamoto, 2020, p. 52).

O/A assistente social deve atuar de forma interventiva, com o intuito de estreitar os laços entre comunidade e escola, envolvendo a família para a garantia do acesso à educação e do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Ainda para lamamoto (2020), estas estratégias vão refletir na sua atuação dentro de um processo de superação de práticas conservadoras, no fortalecimento do projeto ético-político profissional, estabelecendo sua relativa autonomia no cotidiano. Além disso, é importante destacar que, embora a escola seja um espaço privilegiado para a atuação do/a assistente social, muitas vezes ela enfrenta um cenário de precarização, marcado por conflitos, contradições e desafios importantes. Esses fatores dificultam a plena efetivação do direito à educação, exigindo uma intervenção integrada para superar tais obstáculos.

Assim, percebe-se que o trabalho do/a assistente social nas escolas vai além da política educacional, atendendo o aluno de forma integral, realizando os encaminhamentos necessários, com vistas a, atender o aluno e seus familiares na sua totalidade, logo,

A promoção da intersetorialidade das políticas públicas se torna imperativa no trabalho profissional do/a assistente social no espaço escolar, o qual a partir do acolhimento realizado e da tomada de conhecimento das demandas emergentes, pode-se intervir de forma a assegurar a garantia dos direitos sociais, conseqüentemente refletindo nas condições de acesso e permanência do aluno na escola” (Santos, 2019, p. 119).

Dentro deste contexto, compreende-se que, para atender integralmente os alunos, tanto o âmbito socioeducativo quanto o ensino-aprendizagem, buscar-se a participação da família e da escola, com isso, a aproximação da família com a escola permite o desenvolvimento de ações socioeducativas que incentivam o respeito, o cuidado e um bom relacionamento familiar. Esta parceria possibilita o aprimoramento do desenvolvimento da criança e do adolescente em diversas áreas, promovendo direitos de cidadania.

Portanto, segundo o CFESS:

Assim, demonstra-se a importância do assistente social (profissional do serviço social) integrar a equipe de ensino da área de educação, pois podemos contribuir com melhoria das condições da constituição do Direito à Educação Pública, atuando principalmente no processo de inclusão de crianças e adolescentes em idade escolar (CFESS, 2001, p. 12).

Percebesse assim, que o/a assistente social inserido na política educacional, tem a possibilidade de promover a integração entre educação e realidade social por meio de uma abordagem ampla que considera as dificuldades e necessidades dos estudantes, sejam elas: comportamentos agressivos e violentos, bullying, vulnerabilidade ao uso de drogas, evasão escolar, baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado, problemas de disciplina, resistência às regras e falta de acesso aos serviços sociais.

Dessa maneira, o trabalho profissional do/a assistente social no espaço escolar tem a possibilidade contribuir “com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes,

o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar [...]” (CFESS, 2001, p. 12).

Nesse contexto, o/a assistente social identifica e intervém nas expressões da questão social que permeiam esse campo, abordando situações vivenciadas pelos estudantes no âmbito socioeducacional e sociofamiliar, uma vez que, são diversos os fatores que afetam o cotidiano dos estudantes e de suas famílias, comprometendo o seu desempenho e desenvolvimento enquanto criança e/ou adolescente e, também, enquanto sujeito de direitos.

É dentro deste contexto social que as competências e atribuições do Serviço Social encontram amplo diálogo com a política educacional, considerando que a Constituição Federal de 1988, consagra, em seu artigo 6º, a educação como um direito social. Assim, a atuação do Serviço Social na política de educação se mostra necessária para garantir o direito ao acesso à educação, a permanência dos estudantes na escola, e a qualidade no ensino, visando garantir a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, teve como intencionalidade principal compreender o Serviço Social na Educação. Por meio da análise histórica, refletiu-se sobre a trajetória desta relação, bem como, as possibilidades e os desafios enfrentados, durante este processo. A partir da qual definiu-se como objetivo geral: compreender a relação entre Serviço Social e a educação ao longo da história e os desafios e as possibilidades decorrentes desse processo.

Ao analisar a trajetória da relação entre a educação e o Serviço Social, foi possível identificar, que no Brasil, essa inserção ocorreu durante as décadas de 40 e 60. Também se evidenciou, que o/a assistente social, atuava através de práticas moralizantes e vocacionais, influenciados pela Igreja Católica, na lógica assistencialista, de ajuste do sujeito à sociedade em relação ao Estado. No decorrer do tempo essa inserção foi se legitimando como uma das mediações para o enfrentamento das desigualdades sociais presentes nos ambientes escolares (Amaro, 2017).

No entanto, com o crescimento das indústrias, o capitalismo ampliou sua presença, e, na década de 1960, o autoritarismo do governo militar estagnou os avanços nas políticas públicas e limitou a participação popular. Só então, a partir da década de 1980, com a redemocratização, a educação começou a trilhar novos caminhos, especialmente com a Constituição Federal de 1988 e, nos anos 1990, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

Apesar dos avanços, os estudos demonstraram que, certas características herdadas ainda persistem no ambiente escolar. E, romper com ideias tradicionais para promover a plena cidadania tem se tornado um dos grandes desafios enfrentados pelos/as assistentes sociais nesta política (Ferreira Jr, 2010, pg. 90). Além disso, a análise histórica sobre a inserção do Serviço Social na educação, permitiu compreender as transformações sociais que moldaram a educação em cada período.

Identificou-se e compreendeu-se também, que após a ruptura com o conservadorismo, inspirado na teoria marxista, as formações acadêmicas dos/as assistentes sociais, se propuseram a alinhar-se a uma educação orientada à preparação profissional de assistentes sociais que fossem capazes de lutar contra as desigualdades emergentes do sistema capitalista, compreendendo os modos de

reprodução das desigualdades sociais. Para Saviani (2011, pg. 30), às práticas pedagógicas somente serão efetivas, se forem compreendidas as formas de superação do capitalismo, para a formação de uma educação com equidade, justa e democrática.

O amadurecimento do Serviço Social ao longo dos períodos é perceptível, onde os profissionais passaram a integrar de forma mais ativa as políticas educacionais, especialmente a partir dos anos 2000. Essa trajetória histórica revelou o quanto o Serviço Social foi se transformando, deixando o perfil conservador e assistencialista do início, para adotar uma abordagem crítica e baseada na teoria marxista. Esse movimento possibilitou ao/a assistente social atuar de forma qualificada dentro das escolas, contribuindo para o desenvolvimento de condições de aprendizagem dos alunos com a participação das famílias, criando diferentes estratégias para superar as limitações impostas pela questão social.

Nesta perspectiva, compreendeu-se neste trabalho que o/a assistente social inserido na política educacional deve ter suas ações fundamentadas no Código de Ética, além das legislações que regulamentam o trabalho profissional nesta política, como por exemplo, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras.

Nesse sentido o/a assistente social inserido/a na política de educação, por meio de diferentes ações interventivas e de análises críticas da realidade, contribui na busca pela efetivação dos direitos, pela melhoria da qualidade do ensino e pela promoção da cidadania. Destacando que, para isso ser possível, é necessário o envolvimento de todos²⁹, em um trabalho coletivo, alinhado com a política educacional.

Diante disso, Souza (2005), afirma que a,

[...] educação e o serviço social são áreas afins, cada qual com sua especificidade que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade (Souza, 2005; p. 39).

²⁹ Equipe multidisciplinar, família, comunidade, rede intersetorial.

Portanto, nota-se a importância de que a escola promova um diálogo ativo com a comunidade, visando construir uma cultura de participação baseada no trabalho coletivo. O/A assistente social, por sua vez, inserido nas equipes multidisciplinares, buscará a partir da realidade de cada aluno, estabelecer estratégias para incentivar e possibilitar esse envolvimento, de forma efetiva, nos espaços escolares.

Dessa forma, foi possível compreender a importância do trabalho do/a assistente social, no campo educacional, uma vez que, ele não se limita a ações isoladas e imediatistas, que apenas respondem a demandas pontuais, sem considerar as reais necessidades dos usuários, ao contrário, ele articula com os demais profissionais compreendendo o sujeito de forma integral de acordo com suas necessidades.

Articulado a isso, Mota (2015, p. 10), aponta que "devemos permanecer na luta pelo reconhecimento da educação enquanto dimensão da vida social, como direito universal, que deve ser assegurado a todos/as, sem distinção de classe social." Nesse sentido, destacou-se que a presença do/a assistente social nas escolas é necessária e relevante, já que a escola, além de ser o espaço de construção do conhecimento, se tornou também um ambiente de manifestações das múltiplas expressões da questão social, vivenciados pelos alunos e suas famílias. Tudo isso nos traz a compreensão de que a educação serve como um espaço para efetivação do projeto ético-político do Serviço Social, que vislumbra a plena cidadania.

Dessa forma, evidenciou-se que a atuação do/a assistente social no contexto educacional é marcada por desafios complexos e possibilidades transformadoras. A partir das profundas mudanças ocorridas na sociedade após a redemocratização, surgiu a necessidade de uma intervenção mais estruturada e orientada, que almeje uma integração intersetorial, capaz de garantir condições de permanência e equidade no acesso ao direito à educação.

Além disso,

O CFESS vem ao longo de todos esses anos num processo de amadurecimento forjado nas lutas por esta inserção, reafirmando para toda a sociedade brasileira que o nosso compromisso é com a defesa de uma sociedade mais justa, por uma educação que se efetive não livre de entraves, mas que esses obstáculos vivenciados no cotidiano pela classe trabalhadora possam contar com profissionais capacitados e prontos para contribuir na construção de uma educação pública bem-sucedida no âmbito social e humano (Silva Neta e Santos, 2022, p. 62).

Vale salientar que, estas iniciativas, citadas pelas autoras, se iniciaram por volta da década de 2000, por meio do desenvolvimento de roteiros e regulamentações que mais tarde se materializaram na Lei 13.935/2019, avançando na legitimação da presença do Serviço Social na educação. Contudo, observa-se alguns desafios que ainda dificultam a plena implementação da lei, como o do financiamento desses profissionais no campo educacional.

Nesta perspectiva de inserção do/a assistente social na educação, compreendeu-se que o trabalho do/a assistente social no espaço escolar não se limita a ações pontuais, ao contrário, ele a busca possibilidades, dentro de uma compreensão integral, de soluções para as necessidades e dificuldades vivenciadas pelos alunos, que por vezes, se expressam na forma de evasão escolar, violência, baixa frequência, falta de acesso, entre outros fatores que afetam diretamente o desenvolvimento pedagógico e social dos alunos na escola.

Por isso, ao se colocar no campo educacional o/a assistente social promove um apoio que transcende a escola e envolve também a família e a comunidade, sendo capaz de conectar a realidade social ao contexto educacional, destacando a intersetorialidade, como ferramenta possível, na contribuição para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Dessa forma, a presença do/a assistente social no contexto educacional, que não é recente, tem contribuído com uma educação mais crítica e consciente, que busca romper com estruturas de opressão e alienação impostas pelo sistema capitalista sobre a classe trabalhadora, oferecendo aos alunos por meio da educação, oportunidades para superação das desigualdades sociais, numa visão emancipadora e transformadora.

Em síntese, o presente estudo proporcionou um processo enriquecedor de análise e apropriação de novos conhecimentos, não apenas sobre o trabalho profissional do/a assistente social na educação, mas também sobre a construção e produção de pesquisa e trabalho científico. Destaca-se também, que a revisão dos materiais teóricos e documentais disponibilizados ao longo do curso, juntamente com aqueles selecionados durante a elaboração deste trabalho, evidenciou a relevância do TCC como uma etapa importante na construção de conhecimento para formação profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS**: diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Edição comemorativa Trilíngue ed. Brasília: ABEPSS, 2021-2022. 147 p. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 27 agosto. 2024.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Texto elaborado para o Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, realizado em maio de 2007, Belo Horizonte. Mimeo, 2007.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. Da UFS, 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO [BIRD]; BANCO MUNDIAL. **Agindo agora para proteger o capital humano de nossas crianças**: os custos e a resposta ao impacto da pandemia da covid-19 no setor de educação na América Latina e no Caribe. Washington, DC: Grupo Banco Mundial, 2021. Disponível em: <https://11nq.com/S3tpN.pdf>. Acesso em: 30 out. 2024.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 3.ed. São Paulo: Veras Editora, 2013.

BERTELE, Elizabete (org.); OLIVEIRA, Mara de (org.); CAMARDELO, Ana Maria Paim (org.); DALPAIAZ, Ana Kely (rev./for). **Projeto do Curso de Serviço Social**. Universidade de Caxias do Sul. UCS. Caxias do Sul: 2011.

BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Lei nº 8.069, 13

de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Ano 1990, disponível em: <https://cutt.ly/yECVBmB>. Acesso em: 6 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. **lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Altera as Leis n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, para aperfeiçoar a sistemática de operação do Programa Universidade para Todos (Prouni). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14350.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2ª ed. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

BRASIL. **emenda constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc108.ht. Acesso em: 9 out. 2024

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, regulamenta o Projeto de Lei nº 3.418/21, atualiza a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), 2020.

BRASIL. **lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14350.htm. Acesso em: 9 out. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

CATTANI, Antônio David (Org.) **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

CONCEIÇÃO, G. H. da. **Positivismo, política e educação**: notas acerca do pensamento político Comtiano. Temas & Matizes, nº 09, 2006, p.43-56.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: 2001.

CFESS-CRESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. 2011. 65p.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social, Lei 8662/93**. Brasília: CFESS, 2012.

CHAGAS, Ivaldir D. das. **O que é a Desigualdade Social e a Alienação das Massas**. 1ª. Ed. Muzambinho: Clube dos Autores, 2010.

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N. M; SILVA, R. A. A Administração Escolar No Período Do Governo Militar (1964-1984). Campinas. n. especial, p.124 - 139, ago. 2006.

DENTZ, M. Von; SILVA, R. R. D. da. **Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social**: elementos para uma revisão crítica. Serviço Social & Sociedade, n. 121, p. 7–31, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.011>. Acesso em: 10 out. 2024.

DENTZ, Marta Von; SANTOS, André Michel dos; PEREIRA, Larissa Ramalho. **Serviço social na educação**: experiências do trabalho profissional e problematização em curso. 1º ed. EDUNISC, 2022.

FERREIRA JR., Amarílio. **História da Educação Brasileira**: da Colônia ao século XX. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

GHIRALDELLI, Paulo, **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/biografia>. Acesso em: 20 out. 2024.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 45-74.

IAMAMOTO. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 27ª ed. São Paulo: Cortez, 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2008. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html>. Acesso em 05 de set. 2024.

IBGE. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro, Typographia G. Leuzinger. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em: 15 set. 2024.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Pesquisa Documental. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da metodologia científica. São Paulo, SP: Atlas, 2003. p. 174-183.

MARTINS, E. B. C. O rebatimento das expressões da questão social no cotidiano escolar e a contribuição do serviço social. In: DAVID, C. M. *et al.* (org.). **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 216–236. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zt9xy/12>. Acesso em: 28 out. 2024.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. [S.l.] Cortez Editora, 2017.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **História da educação**. 3. ed. Palhoça: Unisulvirtual, 2011. 153 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Ingredi. Palmieri. **O exercício profissional do assistente social na política de educação em Aracajú/SE**: Um estudo de demandas e respostas socioprofissionais. Orientadora: Nailsa Maria Souza. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6231/1/INGREDI_MARIA_SOUZA_ARAUJO.pdf. Acesso em: 27 set. 2024

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação**: Olhares que se entrecruzam. Serviço Social & Realidade, v.18, n.2, 2009.

PRATA, Débora Faria. **História da Educação no Brasil**: da nova república aos dias atuais. Disponível em: <https://prezi.com/31z5u2kznd4s/historia-da-educacao-no-brasil/> 2013. Acesso em: 05 de setembro de 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Associação Pró-Ensino Superior em Novo Hamburgo - ASPEUR, Rio Grande do Sul, 2013.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 21. ed. Campinas: Autores Associados, 2010.

ROMANELLI, O. de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. v. 8.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo**: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi. Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

SANTOS, Ana Paula Nogueira da Silva. **A sinfonia da educação**: novas perspectivas para atuação do profissional de Serviço Social na escola. Orientadora:

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. 2008. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - USP. Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2008.

SANTOS, André Michel dos. **Serviço social na educação**: um estudo das atribuições profissionais em escolas públicas municipais. 2019. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8923/2/Tese%20-%20Andr%C3%A9%20Michel%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 11 out. 2024.

SARMENTO, D. F.; FERREIRA, R. H. da S.; AROSSI, G. **PNE 2014-2024**: (Não) cumprimento das metas e a efetividade do direito à educação. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 35, p. e10590, 2024. DOI: 10.18222/eaev35.10590. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/10590>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. Campinas- SP: Autores Associados, 2011.

SILVA NETA, Marina Felisbela da; Santos, Rôse Meire Dias. **Conquista do serviço social na educação**: uma discussão sobre a lei 13.935/2019. Orientadora: Wanda Griep. 2022. Dissertação (Bacharel em Serviço Social). Universidade Federal de Alagoas. Disponível em: <https://encr.pw/1N5sl>. Acesso em: 8 nov. 2004

SILVA, Daniel Neves. **Brasil Escola**. [S.l.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/biografia/benjamin-constant-botelho.htm>. Acesso em 09 de outubro de 2024.

SILVA, J. C. da. **Utopia positivista e instrução pública no Brasil**: alguns apontamentos. Varia Scientia, V. 05, n. 09, AGO. 2005, p. 79-88.

SILVA, Marinete dos Santos. A educação Brasileira no Estado-Novo. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

SILVEIRA, Sílvia Regina. **O trabalho do assistente social na política pública de educação básica na região metropolitana de Porto Alegre** – Porto Alegre, 2013. 167 f.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação**: saberes e competências necessárias no fazer profissional. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Natal, 2008.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e educação**: uma questão em debate. In: Interface- Natal/RN- v.2-n.1- jan/jun 2005

VALENTE, G. A. **Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira**: questionamentos e reflexões. Pro-Posições, v. 29, n. 1, p. 107–127, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0108>. Acesso em: 24 set. 2024.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da escola**. 2004.327 f. Tese. Puc: São Paulo, 2004.

XAVIER, Gabriella Cavalcante; COMIN, Luara Martins. **Serviço social na educação**: reflexões sobre a lei 13.935/2019. Trabalho de Conclusão de Curso. 2022.